

Os atores do mal (ARON EDSON NOGUEIRA BARBOSA)

Salve Jorge ou salve Ogum? A polêmica da novela das nove nas redes sociais e blogues confronta evangélicos e devotos de religiões afro



NOS ÚLTIMOS dias, as redes sociais foram tomadas por uma polêmica. A Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) declarou publicamente guerra à novela recém-iniciada da rede Globo, *Salve Jorge*. A ação tomou conta das redes sociais, nas quais os evangélicos, em geral, aderiram ao “boicote” à novela, tornando públicas as suas opiniões acerca do tema. A justificativa do líder da Iurd, bispo Edir Macedo, é de que, inconscientemente, as pessoas, ao assistir à novela, estariam cultuando Ogum, representação sincrética de São Jorge nos cultos afro, inimigo direto da Iurd na grande “batalha espiritual”.

Para entendermos um pouco mais sobre o caso, precisamos apreender a origem desses conflitos, seus desdobramentos no decorrer do tempo e a atual situação em que se encontram os principais atores dessa “novela espiritual”, onde os protagonistas são os anjos e os demônios. O que é o mal? O que pretendemos quando dizemos que alguém atua com o mal? Quem são os causadores do mal? Para responder a essas e a outras perguntas, precisamos primeiro conhecer a noção de mal de uma forma mais geral, literal, e depois partiremos para o entendimento neopentecostal sobre o mal.

O sentido literal da palavra mal pode representar várias situações. De acordo com o dicionário *Aurélio* (2001), “mal” significa *de modo mau, ou diferente do que deveria ser. (...)*

8. *Gravemente enfermo.* 9. *O que é nocivo ou mau. (...)* 11. *Enfermidade.* Dessa forma, a expressão “mal” pode nos levar a interpretar determinadas situações baseados nas significações de dano, malfeitoria, nocividade, enfermidade, sofrimento, golpe, miséria, tragédia, enfim, um vasto leque de significações para essa palavra ou expressão. Portanto, a definição de mal, *a priori*, baseada nos pensamentos do censo comum, comumente encontrada na sociedade, será a de que o mal é tudo aquilo que vai de encontro com a vontade do ser humano, que provoca dor e sofrimento, que causa anomias na sociedade. O que é mal é ruim ao homem, o que é mal é indesejado.

A representação do mal com um “quê” de magia no neopentecostalismo torna-a inteligível apenas no âmbito da religião

O entendimento religioso do que é o mal não foge muito dos significados comuns. Contudo, a representação do mal, bem como a sua gênese, recebe no neopentecostalismo¹ um quê de magia, tornando-a especial e inteligível apenas no âmbito da religião, ou seja, o significado do mal no neopentecostalismo traz consigo a necessidade de imersão no imaginário religioso, nas doutrinas e teologias de cada denominação, a fim de facilitar o entendimento acerca do mal e do que gira em torno dele.

No neopentecostalismo, o mal é relacionado à ação demoníaca. Em geral, as igrejas neopentecostais afirmam que orixás da umbanda e do candomblé e espíritos desencarnados do espiritismo são demônios e estão no plano terrestre para causar o mal às pessoas que frequentam tais cultos, que são vítimas de trabalhos ou passes oriundos desses cultos. A partir da explanação sobre esses dois segmentos, poderemos seguir adiante na discussão proposta no início deste artigo.

¹ Apoiamo-nos na conceituação de Ricardo Mariano (1999) referente às igrejas surgidas a partir da década de 1970, que teriam algumas características peculiares, como teologia da prosperidade, flexibilização de usos e costumes, visão pragmática de evangelização (nos meios televisivos), apelo a líderes carismáticos etc.

CANDOMBLÉ E UMBANDA

O candomblé, de acordo com Reginaldo Prandi (2004), é a religião brasileira dos orixás e outras divindades africanas que se constituiu na Bahia no século XX, e pode ser conhecida com outros nomes, dependendo da região onde se instalou. Em Pernambuco é chamada de xangô, no Maranhão é conhecida como tambor de mina, e no Rio Grande do Sul como batuque. Já a **umbanda** surge enquanto os cultos africanos tradicionais (candomblé) eram preservados nos seus locais de origem brasileiros. Nasce no Rio de Janeiro, e é conhecida como “religião brasileira” porque carrega em suas configurações traços do catolicismo branco, símbolos, espíritos e rituais indígenas, além das tradições dos orixás já existentes no candomblé.

O **candomblé** possui um menor número de entidades circunscritas aos deuses africanos (orixás, voduns, inquices), erês (espíritos infantis) e eventualmente caboclos (espíritos ameríndios). A umbanda carrega consigo um número maior de entidades (orixás, caboclos, pretos velhos, erês, exus, pombagiras, ciganos, marinheiros, zé pilintra, baianos etc.). Essa superioridade da umbanda pode ser explicada pela sua própria origem. Ela incorpora traços de outras religiões já existentes no Brasil, além de traços indígenas também, o que faz com que se ampliem as representações dentro desse segmento.

Na umbanda, os cultos podem ocorrer em terreiros, ou na casa dos líderes, ou em qualquer outro local, e focalizam o desenvolvimento espiritual de médiuns e divindades. A incorporação que ocorre durante os cultos tem a finalidade dos passes em atendimento ao público. A hierarquia aqui é estabelecida a partir da capacidade de liderança religiosa dos médiuns e de seus guias. Os tranSES são declarados como semiconscientes, e, de acordo com o desenvolvimento mediúnico do seguidor, as entidades que podem ser incorporadas vão aumentando. O meio de comunicação utilizado entre as entidades e os seguidores aqui é o diálogo direto entre estes e as divindades que dão passes ou receitam trabalhos, e logicamente aqui os incorporados estão em transe. A iniciação na umbanda existe, mas não é requisito para o pertencimento. Há a segregação do seguidor por período curto, raspagem parcial da cabeça, sacrifício animal, oferendas rituais como o batismo realizado nas cachoeiras, no mar ou entrega de oferendas na mata.

Em geral, as igrejas neopentecostais afirmam que orixás da umbanda e do candomblé e espíritos desencarnados do espiritismo são demônios

As músicas no candomblé são marcadas pelo predomínio de cantigas contendo expressões de origem africana, acompanhadas pela execução de três atabaques percutidos somente pelos alabês (iniciados do sexo masculino que não entram em transe). A formação obrigatória para o ritual é a roda de santo (disposição circular dançando em sentido anti-horário), e as expressões coreográficas identificam cada divindade ou o momento do ritual. Na umbanda, há o predomínio de pontos cantados em português, acompanhados por palmas ou pelas curimbas (atabaques), sem número fixo, que podem ser percutidos por adeptos (curimbeiros) de ambos os sexos. Sem a obrigação de formar roda de santo, os seguidores se formam do jeito que desejarem. Há uma maior liberdade de expressão da linguagem corporal e gestual nas danças que identificam as divindades.

No candomblé, por se aproximar mais dos conceitos africanos, o bem e o mal não se separam, não são campos distintos. Já a umbanda permite a distinção –, incitaria o culto ao mal, segundo pentecostais

Umbanda » A incorporação de traços do catolicismo pela umbanda fez com que surgissem algumas associações com os santos católicos: EXU: associação com o demônio. OGUM: associação com Santo Antonio e São Jorge. OXÓSSI: associação com São Miguel, São Jorge e São Sebastião. OBALUAIÊ: associação com São Lázaro e São Roque. OSSAIM: associação com São Benedito, São Roque e São Jorge. XANGÔ: associação com São Jerônimo e São Pedro. OXUM: associação com Nossa Senhora da Conceição. IEMANJÁ: associação com Nossa Senhora dos Navegantes e das Candeias e Nossa Senhora da Conceição. IANSÃ ou OYÁ: associação com Santa Bárbara. OXALÁ: associação com Jesus.

Candomblé » Os cultos candomblecistas ocorrem nos terreiros, e eles se dão através de rituais privados e festas públicas, onde os deuses incorporam nos adeptos, fortalecendo e potencializando o axé que protege os membros do terreiro. A hierarquia é estabelecida a partir do tempo de iniciação e da indicação dos adeptos para ocuparem os cargos religiosos, e é fundamental na organização socioreligiosa do grupo. Somente os iniciados recebem a incorporação, e essa iniciação é condição básica para o ingresso legítimo no culto. Há a segregação do fiel por um longo período, raspagem total da cabeça (catulagem), sacrifício animal e oferendas rituais, e ensina-se também grande número de preceitos. Ainda, nesses cultos, ocorre o que chamamos de transe, com os seguidores declarando-se em estado inconsciente, que fica restrito a algumas entidades. O jogo de búzios serve como meio de comunicação entre as entidades e os seguidores, e o pai de santo não está em transe durante o procedimento; a entidade se expressa pelos búzios (PRANDI, 2004; SILVA, 2005).



Novela global das 9, com ator Rodrigo Lombardi como devoto de São Jorge – Ogum na tradição afro

A Igreja Universal do Reino de Deus » De acordo com Leonildo Silveira Campos, A cosmologia iurdiana se assemelha à visão tripartida dos antigos hebreus, que separava o cosmos em três dimensões: Céu, morada de Deus e de seus anjos; Terra, uma criação divina entregue aos seres humanos; Inferno, regiões inferiores destinadas a acolher as almas dos mortos e demônios. O mundo é a arena, onde se dá a luta entre Deus, Satanás e seus exércitos de anjos. O objeto desta guerra é o ser humano, cuja adesão é disputada em renhidas batalhas espirituais (1997, p. 336).

De acordo com Prandi (2004), no candomblé, por se aproximar mais dos conceitos africanos, o bem e o mal não se separam, não são campos distintos. Já a umbanda, em sua gênese, se propôs como uma religião capaz de fazer a distinção entre o bem e o mal. Na verdade, isso fez com que a umbanda entrasse numa armadilha criada por ela própria, quando separou o campo do bem do campo do mal. O campo do bem foi preenchido com os guias de caridade, os caboclos, os pretos velhos e outros espíritos bons, à moda kardecista. Para controlar o campo do mal, arregimentou um panteão de exus-espíritos e pombagiras, entidades que não se acanham em trabalhar para o mal quando o mal é considerado necessário. Com isso, algumas igrejas neopentecostais incitam seus pastores e fiéis para que combatam essas religiões. Um outro estudioso das religiões afro no Brasil, Vagner Gonçalves da Silva (2005), nos expõe uma explicação mais embasada nos moldes da modernidade. Como ele mesmo diz, essa batalha do bem contra o mal sempre fez parte da teologia pentecostal, desde o seu surgimento no Brasil. E ele próprio questiona porque uma instituição organizada como a **Igreja Universal do Reino de Deus** se importaria com essas religiões pouco significativas como a umbanda e o candomblé.

As igrejas neopentecostais admitem o mesmo discurso acerca da história entre Deus e Satanás. No mundo espiritual, o qual eles acreditam que exista, mas não se pode ver nem sentir, ocorrem diversas batalhas espirituais entre anjos e demônios, e essas batalhas têm como objetivo a libertação ou possessão dos seres humanos. E é nessa possessão, quando ocorrida, que se instauram nos humanos os males do mundo, as doenças, as misérias, enfim, tudo o que há de ruim. Os anjos libertam, e os demônios prendem; Deus salva, Satanás condena. A partir dessa lógica é que se desenrolam as acusações aos cultos afro-brasileiros, bem como os rituais de exorcismo e cura na Iurd.

Os demônios possuidores são, na maioria das vezes, orixás e entidades do candomblé e da umbanda, e uma vez que essa possibilidade é aceita, reconhece-se, mesmo que invertida, a legitimidade dos cultos afro. Basicamente, a noção iurdiana sobre demônios e possessões vem de seu líder, bispo Edir Macedo, que diz ser especialista em demônios, a ponto de publicar duas obras que se dedicam ao tema. Em suma, as obras passam ao leitor a convicção iurdiana da gênese demoníaca afro e uma sistematização da teologia com a teoria dos demônios. De acordo com Macedo (apud CAMPOS, 1997), os demônios agem de forma organizada e o líder é Lúcifer (Satanás), e o objetivo dele e dos outros seres espirituais que o seguem é atuar de forma negativa na vida dos humanos e levá-los à morte. Ainda, existe na teologia iurdiana uma ligação entre a possessão e algumas doenças comumente conhecidas como "nervosismo, dores de cabeça constantes, insônia, medo, desmaios ou ataques, desejo de suicídio, doenças que os médicos não descobrem as causas, visões de vultos ou audição de vozes, vícios ou depressão" (CAMPOS, 1997, p. 340). Dessa forma, a Iurd entende determinadas doenças como sintomas, sinais de que aquela pessoa está possuída pelo demônio, e também entende que o avanço dessa e de outras doenças é obra dos demônios.

Se não existissem os exus e entidades, certamente os demônios seriam outros, quem sabe os próprios santos católicos. O combate a eles é próprio da liberdade de expressão e de crença

BATALHA POR ALMAS?

Ou batalha por audiência? Como dissemos no início deste artigo, a Iurd declarou guerra à novela *Salve Jorge*. Podemos perceber ao longo do texto os motivos que fazem das religiões afro-brasileiras as piores inimigas das igrejas neopentecostais, e em especial da Iurd. A devoção a São Jorge cresceu no Brasil pelos escravos que, proibidos de adorar seus orixás, passaram a fazer seus pedidos, cultos e rituais fora das igrejas, associando a imagem de São Jorge a Ogum. Ogum é o orixá da guerra, do fogo e da tecnologia. Ele ensinou os homens a trabalhar com o fogo e com o ferro. Ogum usa sua espada para abrir os caminhos e derrotar os inimigos. Protege os agricultores, os soldados, os artesãos e seus filhos e todas as pessoas que pedem a sua ajuda nas lutas, na justiça, ou até mesmo por melhores condições de vida.



No culto sincretista, Ogum também é representado pela figura de Santo Antonio

Antes da estreia da trama, os rumores eram de que a emissora poderia vir a alterar o título da novela, devido ao grande número de evangélicos existentes no Brasil. Contudo, isso não aconteceu e a novela foi ao ar com o mesmo título.

O site Exército Universal², formado por membros da Iurd, afirmou que a rede Globo faz uma adoração oculta a Ogum: *Sem que percebam e mesmo que não venerem "ogum", muitos lares evangélicos cederão espaços para que a entidade espiritual entre e trabalhe. O termo "salve" denota saudação respeitosa. Ao ressoar no recinto as palavras "Salve Jorge", muitos estarão saudando conscientemente o "espírito".*

² Disponível em www.exercitouniversal.com.br

Ainda, o blog³ do bispo Edir Macedo divulgou uma nota incitando os frequentadores da Iurd a trocarem a novela Salve Jorge pela novela Rei Davi, que está sendo reprisada pela rede Record, cujo maior acionista e dono é o próprio Edir Macedo: *Quem é mais importante? Davi, o rei que agradou ao coração de Deus, ou Jorge, um deus pagão travestido de santo? Quem merece sua atenção? Quem é o verdadeiro exemplo?*

³ Disponível www.bispomacedo.com.br

Em nota, a rede Globo afirma que a trama não fala diretamente de São Jorge, e sim do mito do guerreiro. A única referência feita a ele é que, além de ser padroeiro da cavalaria, é o santo de devoção do personagem interpretado por Rodrigo Lombardi.

O professor Marcelo Ayres Camurça (2009) propõe a ideia de "guerra santa", uma batalha de todos contra todos, de religião contra religião: "A atitude de acusação e intolerância às demais religiões e religiosidades (afro-brasileiras, karedecismo, esoterismo), com a conseqüente rejeição a outras práticas religiosas fora do âmbito de seu credo, parece levar a clivagens e competições, inaugurando no cenário religioso brasileiro uma nova forma de convivência – distinta daquela tradicional dos 'empréstimos mútuos' – semelhante aos modelos de mercado religioso e campo

religioso [...]. A questão que se coloca, então, é de como uma atitude de beligerância e enfrentamento por parte de pentecostais e carismáticos pôde redundar num quadro de mercado religioso ativo e não de desagregação, de 'guerra de todos contra todos', enfim, de 'guerra santa'" (CAMURÇA, 2009, p. 178). Ainda, em nota de página, Camurça trata da questão da Iurd enquanto instituição religiosa que reprime veementemente outras religiões: "(7) As igrejas pentecostais, particularmente a Iurd, têm sido enquadradas em infrações por ferir dispositivos do princípio de liberdade religiosa, como a denúncia contra o bispo Macedo por 'vilipêndio' ao culto 'religioso', quando no seu livro *Orixás, caboclos e guias*, segundo os promotores, 'ataca outras religiões e provoca transformações nos fiéis'" (CAMURÇA, 2009, p. 178).

Outro estudioso do neopentecostalismo, Ricardo Mariano (1999), afirma que essa perseguição às religiões afro é antiga, e vem desde o tempo da escravidão. Só que, hoje, os neopentecostais não contam mais com a ajuda repressiva da polícia ou do governo, afinal é assegurada a todos a liberdade religiosa. Contudo, continuam a perseguição por meio de discursos doutrinários, tanto em livros como no próprio culto. Em suma, ao tratar os cultos afro com repulsa e não aceitação, o neopentecostalismo as coloca na margem da sociedade. E, conforme define Silva (2005), "a conversão da margem valoriza o centro: Deus, igreja, bispo...", ou seja, quanto mais pessoas pertencentes às religiões afro forem convertidas, mais credibilidade terá a religião e seus líderes, fazendo com que, mais uma vez, sejam reproduzidos os preceitos, conceitos e agentes das religiões afro.

As novelas lidam com os domínios universais da vida pessoal e emocional. Exploram dilemas comuns aos telespectadores e chegam mesmo a ajudá-los

Ainda, Silva (2005) afirma que o que ocorre é uma "antropofagia da fé inimiga". Deve-se combater até que desapareça. A guerra santa consegue juntar um sincretismo invertido com um quê de pluralismo religioso. Os orixás que são sagrados para umbandistas e candomblecistas são apropriados como figuras do mal e causadores deste pelos neopentecostais. Essa inversão de sentido só é possível porque os orixás são reconhecidos como tais pelos neopentecostais,

e automaticamente a existência deles é reproduzida por conta desse reconhecimento contínuo. Assim, uma depende da outra para ampliar seus significados e afirmar suas identidades.

Concordamos aqui com a abordagem sociológica de Anthony Giddens (2005) acerca das novelas. Segundo Giddens, "as novelas lidam com os domínios universais da vida pessoal e emocional. Exploram dilemas que todos podem enfrentar e talvez cheguem até a ajudar alguns telespectadores a pensarem de maneira mais criativa a respeito das próprias vidas" (2005, p. 374).

Se voltarmos um pouco no tempo, lembraremos que, de fato, as novelas da rede Globo passaram a retratar situações cotidianas e que estão ou estavam em pauta na discussão nacional e mundial, como clonagem, homossexualismo, tráfico de pessoas e de drogas, desigualdade social, entre outros. A novela *Salve Jorge* traz à tona a questão do tráfico de pessoas, além da convivência atual dos moradores do morro do Alemão, comunidade pacificada recentemente, no Rio de Janeiro. Certamente as pessoas assemelham as suas vidas aos eventos retratados nas novelas, o que não sabemos ao certo é se as soluções apresentadas para os dilemas na TV são as mesmas adotadas pelas pessoas na vida real.



Quanto mais pessoas pertencentes às religiões afro forem convertidas, mais credibilidade terá a religião e seus líderes. "A conversão da margem valoriza o centro: Deus, igreja, bispo..."

São muitas as realidades retratadas: tráfico de pessoas, o cotidiano nos morros... O que não sabemos ao certo é se as soluções apresentadas para os dilemas na TV são as mesmas adotadas pelas pessoas na vida real

Os evangélicos, ao boicotarem a novela da rede Globo, automaticamente baixam a audiência dessa emissora e aumentam a da rede Record, ao assistirem à reprise proposta pelo bispo Macedo. Seria uma estratégia midiática para aumentar a audiência da Record? Ou isso seria apenas consequência da crença e fidelidade dos evangélicos ao que é proposto por suas denominações? O que pensar dessa situação, quando lembramos que o Brasil é um país laico e garante a liberdade de culto às pessoas, ao mesmo tempo em que garante a liberdade de expressão? A Iurd se posiciona dos dois lados, afinal, exerce seu direito de cultuar o que bem quer e, junto a isso, pratica a liberdade de expressão quando faz campanha em favor do combate às religiões afro-brasileiras, enquanto que as religiões afro-brasileiras se posicionam apenas do lado da liberdade religiosa, ficando, assim, acuadas pela ação repressiva dos neopentecostais. O combate é intrínseco e inseparável da doutrina teológica da Iurd, afinal, os exus e entidades são representações dos demônios, que por sua vez são combatidos e expulsos desse plano a todo vapor pelos iurdianos. Se não existissem os exus e entidades, certamente os demônios seriam outros, quem sabe os próprios santos católicos. E se um dia ninguém mais frequentar a umbanda ou o candomblé? Não haverá mais demônios? Quem irá praticar o mal? Fica a questão para pensarmos: sem as religiões afro-brasileiras e seus exus e entidades, a Iurd fica sem chão teológico, doutrinário e ritualístico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. **A igreja Universal e seus demônios**. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?**, Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 16ª ed., 1993. MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. **As religiões afro-brasileiras e seus seguidores**. Civitas, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2003.
- PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 52, 2004.
- SILVA, Vagner Gonçalves. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2005. SILVA, Vagner Gonçalves. **Concepções religiosas afrobrasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica**. Revista USP, São Paulo, n. 67, p. 150-175, 2005.

ARON EDSON NOGUEIRA BARBOSA é bacharel (Antropologia) e licenciado em Ciências Sociais, mestrando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-MAIL: arongiffoni@hotmail.com. **Revista SOCIOLOGIA, Fevereiro de 2013.**

Médicos inaptos: algozes ou vítimas? (MIGUEL SROUGI)

OS ÚLTIMOS dias não foram de felicidade para os brasileiros. Entre outros motivos, descobriram que 54,5% dos médicos recém-formados da nação são inaptos para a profissão. Não fiquei surpreso com o número e com a indignação. Afinal, lideranças e educadores médicos já conheciam a indecência e, impotentes, nunca conseguiram eliminá-la. Sem tergiversar, julgo que profissionais inaptos devem ser impedidos de exercer a profissão e que uma legislação impondo um exame de capacitação dos novos médicos já deveria ter sido promulgada.

Contudo, não posso deixar de expressar certa angústia quando dirijo um olhar a esse grupo. Confesso que nunca me deparei com um médico recém-formado que não acalentasse o sonho de se tornar um profissional respeitado. Se isso não se concretiza, suspeito que outras razões produzem o descompasso. Entre elas, a mistura de uma sociedade complacente e governantes incompetentes. Como ignorar a influência negativa da sociedade, que se rejubila com a abertura de novas escolas médicas, iludida pela ideia de que estão sendo criadas maiores oportunidades para seus jovens? Cedendo a esses apelos e à pressão de empresários oportunistas, o governo federal autorizou, entre 2000 e 2012, a abertura de 98 novas faculdades, perfazendo um total de 198 escolas no país; nos Estados Unidos, habitado por 314,3 milhões de pessoas, existem 137 instituições similares.

Numa nação de dimensões continentais e insuportável desigualdade, seria racional que as novas escolas médicas fossem acomodadas em regiões remotas do Brasil. Contudo, 70% delas foram instaladas na região sudeste, rica e congestionada, e 74% são de natureza privada, cobrando taxas exorbitantes de alunos. Contrariando as leis vigentes, a maioria desses centros não dispõe de instalações hospitalares adaptadas para o ensino e carecem de corpo docente qualificado. Isso indica que o processo foi norteador por interesses políticos menores e pelo anseio do lucro desmedido e predador.

Agravando esse cenário, autoridades federais têm dado demonstrações adicionais de inconsequência e de tolerância suspeita. Uma comissão especial do MEC presidida pelo professor Adib Jatene descredenciou, há um ano, algumas escolas médicas, pela baixa qualidade de ensino. De forma misteriosa e inexplicável, a Comissão Nacional de Educação cancelou, em fevereiro passado, a ação corretiva adotada. Resolução nefasta para a sociedade brasileira e auspiciosa para os mesmos predadores da nação.

Nossa presidente anunciou sua disposição de abrir mais 4.500 vagas para alunos de medicina (algo como 55 novas escolas). Num momento em que as universidades federais se encontram em estado de penúria, essa meta torna-se um devaneio descompassado com a realidade da nação. Mais importante do que criar novas faculdades seria aumentar as vagas para residência médica. Cerca de 6.000 novos médicos formados a cada ano não dispõem de locais para realizar a residência, a etapa mais relevante para a formação de profissionais qualificados.

Outra proposta governamental, tão cândida quando descabida, é autorizar o trabalho em nosso país de médicos patrícios formados no exterior, sem exames de proficiência. Se 54,5% de médicos recém-formados inaptos causam indignação, como reagir ao fato de que em 2011, num exame oficial de revalidação de diplomas de 677 médicos graduados no exterior, 90,5% deles foram considerados inaptos?

Termino referindo-me a uma realidade que Riobaldo, o jagunço-filósofo de Guimarães Rosa, soube muito bem descortinar. "Um sentir é o do sentente, mas o outro é do sentidor."

Reconheço que as inquietações expressas sobre as aptidões dos recém-formados são justificadas por quem sente de fora. Mas como um dos que sentem de dentro, não posso deixar de dizer que, ao invés de algozes, a imensa maioria dos novos médicos da nação são vítimas de um enredo perverso que mistura uma sociedade permissiva, escolas médicas deficientes e governantes incapazes. Que transformam esperanças incontidas em sonhos frustrados.

MIGUEL SROUGI, 66, pós-graduado em urologia pela Universidade de Harvard (EUA), é professor titular de urologia da Faculdade de Medicina da USP e presidente do conselho do Instituto Criança é Vida. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2013.**

Pacientes: algozes ou vítimas? (FLÁVIO DINO)

EM ARTIGO neste espaço, o professor Miguel Srougi ("Médicos inaptos: algozes ou vítimas?", em 6/01), referindo-se aos novos médicos, qualificou-os como vítimas do que chamou de "uma sociedade complacente e governantes incompetentes".

Como pai de Marcelo, vítima, há um ano, de erro médico no maior hospital privado de Brasília, creio que a abordagem do articulista merece reparos, sob a ótica dos pacientes, que são as maiores vítimas desse sistema. É preciso falar também da responsabilidade profissional, que não se refere apenas aos médicos recém-formados, como parece sustentar o articulista. Recentemente, uma criança deixou de ser operada e morreu no Rio de Janeiro porque um médico, com muitos anos de formado, simplesmente faltou ao plantão, sem deixar substituto, alegando não concordar com a escala. Tal conduta, que infelizmente não é rara, viola o Código Penal e o Código de Ética Médica. Também se tornou frequente

médicos multiplicando jornadas e vínculos de trabalho, muitas vezes por problemas remuneratórios - mas às vezes por pura ganância -, prejudicando e matando pacientes.

É impossível ter qualidade em serviços prestados com jornadas ininterruptas de 24 horas, especialmente de médicos que atuam em UTIs, cirurgias etc. Alguém aceitaria entrar em um avião comandado por piloto que estivesse trabalhando por 24 horas seguidas? Em outros países, já há regulação sobre a duração do trabalho nos hospitais. Aqui, equivocadamente, esse tema é tratado exclusivamente pela lógica do mercado, por omissão do Estado e das entidades médicas.

Jornadas abusivas decorrem de outro problema: a terceirização ilegal, praticada em hospitais dirigidos por profissionais formados há muitos anos. A súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho define que a prestação de serviços hospitalares deve ser feita por empregados. O trabalho precário lesa direitos dos profissionais e do erário e, mais grave, dos pacientes - vítimas de erros e crimes.

Nesse caso, os próprios médicos dirigentes dos hospitais são algozes de outros médicos e dos pacientes. A débil fiscalização sobre os hospitais é burlada por maus médicos: em consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Ministério da Saúde, verifiquei que constam profissionais que fazem, ou dizem fazer, jornadas de mais de cem horas semanais. Como podemos ver com esses exemplos, que se multiplicam Brasil a fora, a "sociedade complacente" inclui maus profissionais que reproduzem práticas desumanas e perversas, esperando que "governantes incompetentes" tudo resolvam.

Claro que há muito a mudar na gestão da saúde. Mas é preciso ter cuidado, pois não se pode chegar ao ponto de dizer que os pacientes são os culpados de serem vítimas de erros e crimes - como ouvi do representante da classe médica de Brasília em um seminário. Precisamos de mais e melhores escolas de medicina no Brasil, que diminuam a carência de bons profissionais e formem seres humanos que enxerguem as dores dos outros como se fossem suas, que sofram com os sofrimentos dos seus pacientes e que gritem junto com eles por uma saúde decente. Sem corporativismos, com coragem e espírito cívico.

FLÁVIO DINO, 44, advogado, é presidente da Embratur, foi secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça e deputado federal. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2013.**

Amando uma mulher inteligente (LUIZ FELIPE PONDÉ)

HOJE É Carnaval. Carnaval é um saco. Morei muitos anos na Bahia, falo de cátedra. Não existe festa mais autoritária do que o Carnaval e a devastação que causa em nome de sua alegria barulhenta. Mas gosto não se discute, lamenta-se. Por isso, hoje vou falar de coisa mais séria; vou falar de amor romântico e de um filme maravilhoso para quem gosta do tema e também de filosofia: "O Amante da Rainha, filme dinamarquês dirigido por Nikolaj Arcel, com Mads Mikkelsen (o amante) e Alicia Vikander (a rainha) no elenco.

Você acredita no amor romântico? Dito assim parece uma pergunta idiota. Alguns dirão que pessoas maduras sabem que o amor não existe. Outros, que é diferente de paixão, sendo esta passageira, enquanto o amor seria algo mais sólido, dado a parcerias de longa duração. Nada mais pernicioso para um casamento de longa duração do que a expectativa de amor romântico depois de um certo número de anos, diriam os "maduros". Expectativas assim seriam "coisa de mulher", o que também é uma besteira. Homens sonham com momentos de paixão com suas mulheres no dia a dia. "Ter uma mulher" significa exatamente isso.

Supor que os homens são animais de cerveja, futebol e sexo é não entender nada sobre os homens. Pensar que os homens só pensam em cerveja, futebol e sexo é a mesma coisa que pensar que mulher é um ser menos inteligente. A suposta simplicidade masculina é tão falsa quanto a também suposta irracionalidade feminina. O tema encanta, apesar de alguns teóricos afirmarem que o amor é uma mera invenção da literatura europeia medieval (como o Papai Noel), universalizada, de modo equivocado, pelos autores românticos dos séculos 19 e 20.

Digo "equivocada" porque, para os medievais, nem todo mundo seria capaz de viver ou suportar tal forma de amor avassalador. Já para os românticos, modernos, todo mundo poderia viver essa forma de encantadora doença da alma. Eu não acredito que o amor romântico seja uma invenção da literatura, mas concordo com os medievais: muita gente passa pela vida sem experimentá-lo. Uma pena, pobres miseráveis... A narrativa medieval descreve essa "maladie de la pensée" (doença do pensamento, do espírito), dito no original provençal (um tipo de francês comum na Idade Média), como um modo de obsessão que arrasta o homem e a mulher, fazendo com que fiquem presos no desejo de estar um com o outro e atormentados quando não podem se encontrar, quando não podem se tocar.

Segundo os medievais, ele ficará horas imaginando o que ela estaria fazendo, pensando, sonhando, com o desejo de penetrar em todos os segredos de sua alma e de seu corpo ("Tratado do Amor Cortês", de André Capelão, publicado pela editora Martins Fontes). A estrutura ideal supõe o amor impossível, no qual a morte espera os dois ou um dos dois -e a desgraça do que sobrevive. Quando o amante é amigo fiel do marido dela, a estrutura dramática encontra seu modo mais perfeito de impasse.

Dirão os especialistas que o amor romântico cantado nos séculos 18 e 19 fala da destruição de qualquer forma de vida que não a interesseira, típica da burguesia e sua alma de "merceeiro", como diria Marx. "O Amante da Rainha" tem

exatamente essa estrutura. O amante é médico e confidente do rei e se apaixonará enlouquecidamente, e será correspondido, pela rainha. Esse médico, chamado de "o alemão" pelos dinamarqueses (o personagem é alemão), é um iluminista (leitor de Rousseau e Voltaire) que crê na superação da barbárie pelo uso da razão e da ciência. Ela também.

O amor dos heróis não é apenas construído a partir de "sentimentos" mas, também, do encontro entre suas almas inquietas com o mundo a sua volta. Ambos são filósofos de uma época em que a filosofia se revoltou com a estupidez do mundo (o filme se passa na segunda metade do século 18). Aliás, a filosofia sempre se revoltará, porque o mundo será sempre estúpido. Além de belas pernas e belos seios, a delícia de partilhar inquietações filosóficas com uma mulher que amamos pode ser uma das maiores formas de amor romântico que existe. Infeliz aquele que não sabe disso.

ponde.folha@uol.com.br. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2013.

O ASSUNTO AGORA É A RENÚNCIA DO PAPA: POLÍTICA OU DIFICULDADE DE SE DEDICAR A IGREJA?

Ousadias de um papa (MARCELO COELHO)

A RENÚNCIA do papa é um convite para toda sorte de teorias conspiratórias; no mínimo, pode-se prever que, de forma talvez nunca registrada na história, Bento 16 terá condições para dirigir, ainda vivo, a própria sucessão. A decisão foi também repentina demais para se acreditar plenamente na tese de cansaço; teria surgido alguma pressão súbita capaz de tirar Bento 16 do trono de São Pedro? Algum escândalo, quem sabe?

Há argumentos contra esse tipo de especulação. Imagine a hipótese inversa. Se tudo se deve mesmo à fragilidade, à saúde e à velhice, o papa tomou a melhor atitude ao fazer o anúncio de chofre. Não há como preparar a opinião pública para uma coisa dessas sem dar margens a rumores ainda piores. Vindo de um papa tão cioso das tradições, o fato não deixa de ser irônico. Bento 16 "inova", por assim dizer, evitando o triste espetáculo que se viu no caso de seu antecessor. Com os progressos da medicina, cargos vitalícios acabam -como a vida- conhecendo um prolongamento cruel e antinatural.

Bento 16 ficará com a imagem de "conservador", o que é verdade. Mas prefiro pensar nele de outro modo. Para quem não tem crença religiosa, as palavras de Bento 16 eram muito mais interessantes do que seria de esperar. Como intelectual, este papa sempre soube melhor se dirigir ao cérebro do que ao coração das pessoas. Várias vezes topei com frases de Bento 16 que eu mesmo, ateu de carteirinha, poderia subscrever. A primeira surpresa foi quando ele visitou o local de um antigo campo de concentração nazista. Em seu discurso, deixou no ar a pergunta memorável.

Ficamos pensando, disse o papa, onde estava Deus quando tudo isso aconteceu. Era uma pergunta que nada tinha a ver com as habituais consolações, tão vazias, que a rotina religiosa costuma invocar nesse tipo de situação. No ano passado, Bento 16 tocou no mesmo tema. Foi num concerto em Milão, no qual iam tocar a Nona Sinfonia de Beethoven. Como se sabe, no último movimento são cantados trechos da "Ode à Alegria" de Schiller. Não há catolicismo nesses versos, mas tudo transmite confiança religiosa. "Ébrios de fogo entramos em tua morada celeste!", exulta o coro. "Sobre a abóbada estrelada deve morar o Pai amado!"

O papa confessou suas dúvidas a respeito. Essas palavras "ressoam vazias para nós, aliás, não parecem ser verdadeiras". "Não experimentamos de modo algum as centelhas divinas do Elísio. Não estamos inebriados de fogo, mas, ao contrário, paralisados pela dor diante de tanta e incompreensível destruição, que ceifou vidas humanas, que privou muitos da própria casa e lar." Ele se referia a um terremoto ocorrido na Itália em maio daquele ano. E continuou. "Até a hipótese de que por cima do céu estrelado deve habitar um Pai bom nos parece discutível. O Pai bom está sozinho acima do céu estrelado? A sua bondade não chega até nós aqui embaixo? Procuramos um Deus que não domina à distância, mas que entre na nossa vida e no nosso sofrimento."

Frases como essas me pareceram extremamente justas, e -vindo de quem vieram- ousadas a mais não poder. "Não temos necessidade de um discurso irreal de um Deus distante e de uma fraternidade não exigente", continuou o papa. "Buscamos uma fraternidade que, no meio dos sofrimentos, ampara o outro e assim o ajude a ir em frente. Depois deste concerto muitos participarão na adoração eucarística -ao Deus que se inseriu nos nossos sofrimentos e continua a fazê-lo. Ao Deus que sofre conosco e por nós, e assim tornou os homens e as mulheres capazes de compartilhar o sofrimento do próximo e de o transformar em amor."

Ouvi com frequência um comentário meio leviano sobre o conservadorismo de Bento 16 em temas como família, homossexualidade, contracepção. "O que vocês querem? Afinal, ele é o papa!" Nunca concordei com essa desculpa. Mesmo sendo "o papa, afinal", Bento 16 não saiu por aí fazendo campanha em favor da tese de que o mundo foi criado em seis dias. Foi escolha sua insistir em temas relativos à vida sexual, quando há dezenas de campanhas (comércio de armas, aquecimento global) que poderiam garantir à Igreja mais apoio junto às pessoas de bom senso. Mas não faltou a Bento 16 o ânimo de dizer mais do que se esperava dele.

coelho@uol.com.br. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.

Análise: Alemão é brilhante como teólogo, mas fracassou como papa **(LUIZ FELIPE PONDÉ)**



JOSEPH Ratzinger é um dos maiores teólogos vivos do cristianismo. Como papa Bento 16, fracassou. Conservador, um tanto liberal no começo de sua carreira, Bento 16 iniciou seu papado com um projeto, já em curso quando era a eminência parda intelectual de João Paulo 2º, de pôr "medida" na herança do Concílio Vaticano 2º, verdadeira "revolução liberal" na Igreja Católica.

Já nos anos 80 atacava a teologia da libertação latino-americana por considerá-la certa quanto ao carisma profético bíblico de procurar justiça no mundo, mas errada quanto a assumir o marxismo como ferramenta de realização desta justiça. Bento 16 foi um duro crítico da ideia de que a igreja deva aceitar soluções modernas para problemas modernos.

Nesse sentido, apesar de ter resistido bravamente, com a idade e a fraqueza que esta implica, acabou por ser um papa acuado pelas demandas modernas feitas à igreja e por uma incapacidade de pôr em marcha sua "infantaria", que nunca aceitou plenamente seu perfil de intelectual alemão eurocêntrico. Sua ideia de igreja é a de um pequeno grupo coeso de crentes, fiéis ao magistério da igreja (conjunto de normas para condução moral da vida), distante das "modas moderninhas".

Quais seriam algumas dessas demandas modernas? Diálogo simétrico com outros credos (multiculturalismo), casamento gay, divórcio, sacerdócio das mulheres, fim do celibato, uso de contraceptivos, aborto, punição pública de padres pedófilos (a igreja deveria passar esses padres para a Justiça comum), aceitação de avanços da medicina pré-natal como identificação de fetos sem cérebro e consequente aborto, alinhamento político do clero com causas sociais e políticas do terceiro mundo --enfim, desafios típicos do contemporâneo.

Bento 16 esbarrou com o fato de que a maior parte dos católicos militantes hoje é de países pobres (afora o caso dos EUA, o cristianismo é uma religião de país pobre). Os fiéis, portanto, estão mais próximos de um discurso contaminado pelas teorias políticas de esquerda, que fala de justiça social como um direito "divino" e aproxima Jesus de Che Guevara, do que da complicada discussão acerca dos excessos do iluminismo racionalista ou da crítica bíblica que tende a humanizar Cristo excessivamente em detrimento de sua divindade.

Seu próprio clero (sua "infantaria") ajudou no fracasso de seu papado, resistindo sistematicamente à "romanização da igreja", o que em jargão técnico significa centralização das decisões relativas ao cotidiano da instituição na lenta burocracia do Vaticano, com sua típica alienação europeia, distante do "caos" do mundo real do Terceiro Mundo. O Vaticano é muito europeu, inclusive em sua decadência como referência para o mundo no século 21. Mas há dimensões que transcendem as dificuldades específicas de seu projeto conservador e tocam dificuldades da Igreja Católica contemporânea como um todo.

A igreja hoje tem um sério problema de formação de quadros. Antes era "um bom negócio" entrar para a igreja; hoje, quem o faz, salvo casos de grande vocação mística e espiritual ou de revolta contra as ditas "injustiças sociais", é muitas vezes gente sem muita opção de vida.

Quando não, tal como é visto por parte da população secular, gente com desvios sexuais graves. Os cursos de formação do clero, quando não totalmente contaminados pelos próprios teóricos que João Paulo 2º chamava em sua encíclica "Fides et Ratio" ("Fé e Razão") de "pensadores da suspeita" contra a fé e a razão (Marx, Nietzsche, Freud, Foucault), são fracós, com professores mal formados e conteúdos vazios. Claro que existem exceções, que, como sempre, em sendo exceções, confirmam a regra.

Enfim, o papado de Bento 16 fracassou, em grande parte, em razão do fogo amigo: sua própria infantaria. A Igreja Católica agoniza diante de um mundo que cada vez é mais opaco para quem pensa, como ela, que a vida seja algo mais do que conforto, prazer e liberdade pra transar com quem quisermos e quando quisermos.

ponde.folha@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Saudade de ideias perigosas (CONTARDO CALLIGARIS)

NO MEIO do Carnaval, para decidir meu voto (por correspondência) nas eleições políticas italianas, conversei por telefone com meu irmão, que vive em Milão. A meu ver, em qualquer ocasião, deveria votar só quem vive na sociedade que será modificada pelo resultado da eleição. Como italiano vivendo no Brasil, eu deveria votar no Brasil, e não na Itália. Seja como for, meu irmão e eu concordamos. Votaríamos para obter resultados parecidos:

- 1) resistir ao populismo regionalista da "Lega Nord" (que tem um discurso do tipo: mandemos embora os estrangeiros e voltemos a falar dialeto, tudo dará certo se ficarmos entre nós);
- 2) resistir ao populismo do Movimento Cinque Stelle, cinco estrelas (seu animador, Beppe Grillo, nos faz pensar na Itália das comédias de Lina Wertmüller - o país do qual fugi);
- 3) apoiar a centro-esquerda (sem nem pensar que o Partito Democratico seja herdeiro do antigo partido comunista, no qual militei - essa lembrança teria semeado a discórdia entre nós);

- 4) não reprovar o trabalho de saneamento básico feito pelo primeiro ministro Monti;
- 5) impedir a volta de Berlusconi.

Fato notável, desde os anos 1990, meu irmão e eu conseguimos conversar de política. A razão é simples: nem eu nem ele defendemos mais grandes ideias. Acabou a época de Marx contra Adam Smith, Gramsci contra Luigi Einaudi etc. Estamos prontos para uma democracia em que não se enfrentam projetos de sociedade, só questões concretas, em referendo: você é a favor ou contra o casamento gay? A eutanásia? A pesquisa com células-tronco?

Também nestes dias recebi o e-mail pelo qual Marina Silva convida para um encontro, em Brasília, do qual deve sair um novo "instrumento político" (ninguém quer mais falar em partido, é compreensível). As palavras finais do convite vão na direção da política concreta que me permite conversar com meu irmão: "Podemos contribuir para recuperar o espaço da política para a prática do bem comum, do serviço, da afirmação dos direitos e deveres da cidadania. Podemos contribuir para democratizar a democracia".

É uma esperança e tanto. E aprovo que a política seja uma arte de pensar o concreto, e não um debate ou conflito de ideias e ideais. Mas não deixo de sentir saudade. Dei-me conta disso ao assistir ao extraordinário "O Amante da Rainha", de Nikolaj Arcel. Contrariamente a Luiz Felipe Pondé, em sua última coluna, o que me tocou não foi a história de amor, mas a lembrança de uma época em que havia livros proibidos, porque sua leitura ameaçava transformar o mundo.

Rousseau não é meu iluminista preferido, mas, para o bem ou o mal, é um dos pilares do pensamento moderno. Em 2009, um bonito exemplar da primeira edição do "Contrat Social" (Amsterdan, 1762) custou quase US\$ 50 mil (R\$ 100 mil). Logo após sua publicação, em vários lugares da Europa, o mesmo exemplar custava infinitamente menos, mas saía mais caro: guardar o livro na estante de casa podia valer uma estadia na prisão, ou coisa pior.

Nas partes do mundo que me são familiares (a Europa e as Américas - sobretudo a do Norte), faz apenas algumas décadas (não mais do que isso) que não há livros cuja posse seja comprometedor --algumas décadas que os governos deixaram de se preocupar com a difusão de opiniões "subversivas". Nasci na Europa depois do fim do fascismo e do nazismo. Não vivi na América do Sul durante as ditaduras militares. Por sorte, fui só turista na Espanha franquista e no Portugal salazarista - nunca tive que viver lá. Sorte maior ainda, nunca tive que passar mais de duas ou três semanas do outro lado da Cortina de Ferro ou em países comunistas da Ásia ou da América Central.

O mesmo vale para Estados confessionais. Em conclusão, nunca vivi debaixo de governos que temessem a difusão de ideias a ponto de tentar impedi-la à força. Mesmo assim, desde o começo da modernidade até poucas décadas atrás (até a queda do Muro de Berlim?), os livros eram tratados como armas potencialmente perigosas. Enquanto hoje, no fundo, eles e suas ideias parecem, antes de mais nada, indiferentes. O que aconteceu?

Foucault responderia, provavelmente, que a grande estratégia do poder contemporâneo é a permissividade: se é permitido dizer tudo e qualquer coisa, por que discutir, por que lutar por qualquer ideia? Fale e deixe falar. Não é?

ccalligari@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

O mito da iniciativa privada (ARTHUR MEUCCI)



O MAIS novo técnico da seleção brasileira, Luiz Felipe Scolari, fez um comentário preconceituoso sobre uma parte do funcionalismo público. Em sua primeira entrevista coletiva no comando da seleção brasileira, ao falar sobre a pressão de ganhar uma Copa do Mundo no Brasil, disse: "Se não quer pressão, vai trabalhar no Banco do Brasil. Senta no escritório e não faz nada, aí não tem pressão nenhuma". Segundo o técnico, bancos e empresas públicas não são eficientes, pois seus

funcionários, por gozarem de uma estabilidade, não têm motivos para melhorar seu trabalho. Essa ideia popular, baseada no mito da iniciativa privada, não encontra fundamentos reais que a justifiquem em comparação ao setor público.

A depreciação do setor público teve início nos governos neoliberais que administraram o Brasil após o regime militar. Herdamos da ditadura empresas públicas que funcionavam como cabide de emprego, contratando funcionários nomeados por generais, sem concurso, para alimentar esquemas de corrupção. O discurso da privatização das empresas públicas nas décadas de 1980 e 1990 foi baseado no mito da "ineficiência" do Estado frente ao "dinamismo eficiente" do mercado. Porém, com a redemocratização, o funcionalismo público voltou a exigir concursos e seleções rigorosas para todos os funcionários que trabalham nestas instituições. Se por um lado há a estabilidade e os benefícios especiais de cargos e aposentadoria, por outro existe uma competitividade entre os candidatos e funcionários de empresas estatais e a busca contínua pela capacitação. Afinal, a Constituição exige que somente os melhores candidatos podem ser contratados e promovidos. A exoneração por problemas éticos ou legais impossibilita a contratação em qualquer outra instituição pública. A meritocracia, regra que rege o bem público, não é compartilhada pelo mercado.

Sacralizada pela ideologia midiática e pela classe média, as empresas privadas ganham fama de eficientes, performáticas, competidoras e lucrativas. Sempre buscando se aperfeiçoar para conquistar clientes e superar seus concorrentes. Afinal, na visão liberal, é a mão invisível do mercado que guia a sociedade para o bom caminho. Parece-nos tão lógico que é difícil duvidar das promessas feitas pela iniciativa privada. Porém, basta ter olhar crítico para constatar as falácias desses argumentos, sobretudo no Brasil. Em nosso país, as universidades públicas são muito superiores às universidades particulares, gozando de menores recursos que uma particular e com um quadro docente estável. Nossa melhor universidade particular está na décima terceira posição, e a segunda colocada bem mais distante, segundo os critérios acadêmicos e mercadológicos do Ranking Universitário Folha.

Como professor universitário, já ministrei aulas em muitas universidades particulares tradicionais, ou seja, mais preocupadas com o lucro do que com a educação. Tive recentemente três alunos do último ano de Administração que poderiam ser facilmente classificados como analfabetos. Com o sistema de "DPs" *on-line* criado pela instituição, eles passavam de ano pagando para outras pessoas fazerem as provas a distância. Um dos alunos trabalhava em um hospital particular de São Paulo, aprovando ou reprovando autorização de procedimentos médicos via convênio. Os outros dois, que também não sabiam escrever e fazer contas, estagiaram e se efetivaram em dois grandes bancos privados.

Eu fiquei preocupado, pois era cliente de um dos bancos em questão. Quando o meu novo gerente me chamou por *e-mail* para me vender um fundo de investimento (que eu não pedi), percebi que o domínio do idioma não era um fator importante na contratação. Os grosseiros erros de conta, quando me mostrou o possível retorno dos investimentos, me convenceram a transferir meu ordenado para minha antiga conta no banco público. Esse banco público nunca me ligou no aniversário, não telefona de noite para me oferecer produtos e nem me ofereceu tratamento *personalité*, porém, nestes últimos dez anos, eu jamais tive problemas. Como consultor de Ética, que presta serviços no sistema financeiro, posso afirmar que os gerentes do meu banco público, de agências simples, são muito mais bem preparados que alguns diretores financeiros que conheci no setor privado.

Na cidade de São Paulo temos cada vez mais relatos de pessoas que sofreram erros médicos em importantes hospitais particulares. Os serviços de telefonia, que foram privatizados em nome da eficiência, não funcionam satisfatoriamente nem se comparam ao antigo sistema estatal - que, apesar de não expandir de forma agressiva o oferecimento das novas linhas, mantinha boa qualidade na prestação dos serviços. A média geral das notas nas escolas particulares é tão ruim quanto a média geral das escolas públicas, mesmo com práticas antiéticas para melhorar suas posições no Ranking do Exame Nacional do Ensino Médio.

Em tempos de crescimento econômico, a falta de mão de obra bem preparada no mercado torna cada vez mais evidente o abismo entre a qualidade dos prestadores de serviço públicos e particulares. Beleza, roupas, persuasão, submissão ao chefe, corroboração aos assédios morais, indicação e alienação são os pré-requisitos básicos de contratação em um RH. Pessoas com conteúdo, críticas e que se esforçam para subir na hierarquia, típico de um sistema de meritocracia, são vistas com maus olhos. Como todo mito, a sacralização do privado é muito mais ilusório e teatral que verdadeiro.

ARTHUR MEUCCI é mestre em Filosofia pela USP, doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pelo Mackenzie, é membro da Associação Filosófica *Scientiae Studia*. Professor conferencista da ECA/USP e do curso de *Ética e Meio Ambiente* do PEC/FGV-SP e consultor do Espaço Ética. www.meucci.com.br Revista. **Revista FILOSOFIA, Fevereiro de 2013.**

Educação também como melhoria social (LUIZ GUILHERME PIVA)

MUITA GENTE critica o que seriam leniências do setor público em relação à educação, enfatizando dois pontos. O primeiro é a aprovação ou promoção quase compulsória dos alunos do ensino fundamental. O segundo é a aceitação de abertura de inúmeros cursos superiores.

No primeiro caso, alega-se que tal política não só forma maus alunos, que fracassarão adiante, como também os deseduca socialmente, uma vez que retira dos professores e diretores o poder de puni-los pela reprovação ou retenção.

No segundo caso, a crítica é à enxurrada de maus profissionais no mercado de trabalho, o que prejudica o recrutamento, a produtividade e a competitividade e, em alguns casos, compromete a segurança (engenharias, saúde etc.). Não nego totalmente esses aspectos. Têm de ser, na medida razoável, considerados e mitigados. Mas é preciso que esses críticos observem os benefícios dessas políticas - que não são triviais e podem, se forem acompanhados de aperfeiçoamentos, sustentar sua continuidade e sua ampliação.

As crianças que estão em escolas públicas são carentes não só de recursos financeiros, como também de condições de habitação, saneamento e alimentação, entre outros. A estrutura social e familiar que as cerca muitas vezes é precária - no sentido de assegurar proteção, afeto, referência moral e autoestima. Estudar, nesse caso, é um acidente que, tão logo seja possível, será descartado, com apoio de parentes e amigos, em prol de formas mais rápidas (e nem sempre legais) de sobrevivência e ascensão social.

Em resumo, tudo atua para que essas crianças saiam da escola. A escola precisa, então, disputá-las com seu ambiente, para ganhar sua adesão, sua permanência, sua continuidade. A reprovação, certamente, não ajudará nesse desafio. Para os que treplicarem que é melhor resolver antes a questão social, apresento dois argumentos: a) isso demora; e b) manter mais crianças na escola por mais tempo diminui o problema social a ser resolvido.

Quanto à crítica à proliferação de escolas superiores - à qual eu poderia adicionar pelo menos uma, que é sua utilização como base de sustentação política -, considere-se que elas põem em contato com livros, fotocópias, computadores, professores, colegas, trabalhos, exercícios, discussões, ambientes, dados, informações, formas de convívio, pesquisas e tudo o mais que existe nas comunidades acadêmicas, uma massa de adultos que dificilmente teriam tais experiências. Alguns deles serão bem-sucedidos, mesmo oriundos de escolas fracas. O mercado os testará sem comiseração. Outros não vingarão em sua área, por seleção do mercado ou porque o curso não lhe interessava como vocação profissional e, sim, como qualificação salarial (que poderão obter).

Talvez sigam em suas profissões de nível médio - mas muito mais qualificados, educados, instruídos. Talvez empreendam - com muito melhor formação. E muitos outros talvez nem concluam seus cursos, ou os concluam de forma muito negligente. Mas todos eles terão lido, assistido a aulas, convivido com universos que, no mínimo, propiciarão parâmetros novos, diferentes do exclusivismo do ócio, da violência e dos vícios.

Também aqui se pode argumentar que a questão social é mais relevante e precedente. Eu respondo com as seguintes questões: pergunte aos familiares e convivas desses adultos se a relação com eles é indiferente à sua condição de estudante; imagine como esses adultos tratarão seus filhos em relação à educação e a comportamentos, interesses e ambições; e imagine essa massa de adultos que afluiu a tais escolas nos últimos anos se sua demanda não tivesse sido atendida. É uma forma mais complexa de fazer a discussão. Mas vale a pena.

LUIZ GUILHERME PIVA, 50, economista, mestre e doutor em ciência política pela USP, é diretor da Angra Partners. Publicou "Ladrilheiros e Semeadores" (Editora 34) e "A Miséria da Economia e da Política" (Manole). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Lobby e Lei de Acesso à Informação (FABIANO ANGÉLICO, WAGNER PRALON MANCUSO, ANDRÉA OLIVEIRA GOZETTO)

HÁ DIVERSOS vasos comunicantes entre Estado e sociedade. Um deles são os partidos políticos, organizações que oferecem aos eleitores candidatos à gestão do poder público. Outros são espaços formais de diálogo entre governo e cidadãos, tais como as audiências e consultas públicas e os conselhos e conferências de políticas públicas. Esses canais são amplamente conhecidos, debatidos e criticados.

Há, porém, outro canal de comunicação que o Brasil finge inexistir. Trata-se do lobby, que ocorre quando agentes sociais têm a iniciativa de procurar membros do poder público capazes de tomar decisões, a fim de apresentar seus interesses. Visto com desconfiança por muitos setores, o lobby não é lícito ou ilícito por definição - sua licitude ou ilicitude depende da obediência ou desobediência ao ordenamento jurídico existente. A regulamentação do lobby é uma medida sempre lembrada quando se trata de banir o lobby ilícito e estimular o lobby lícito. Há muitos anos, tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que tratam do tema. Basicamente, regulamentar o lobby significa levantar e publicizar informações sobre os lobistas e as interações que mantêm com os decisores, além de estabelecer padrões para essas interações.

A prestação de informações seria pré-condição para que os lobistas pudessem requerer as credenciais para o acesso aos agentes públicos. Informações omitidas ou falsas seriam punidas pela negação de credenciamento ou de sua renovação, bem como pelo encaminhamento do caso ao Ministério Público. Dentre as informações que hoje não existem, mas podem ser criadas a partir da regulamentação, estão a identidade dos lobistas e de quem os contrata, as matérias de interesse dos empregadores dos lobistas, as atividades realizadas pelos lobistas para a promoção de interesses e o montante aplicado na realização dessas atividades.

Você leu acima que regulamentar o lobby envolve "publicizar informações". Também já deve ter lido, em algum lugar, que o Brasil agora conta com uma Lei de Acesso à Informação. Essa lei (12.527/11) obriga o Estado a disponibilizar informações sob sua guarda, salvo poucas exceções. Chegamos, então, ao ponto do título deste artigo.



Diante da Lei de Acesso à Informação, a discussão sobre a regulamentação do lobby pode ser redimensionada. Um dos principais obstáculos era justamente a definição dos órgãos responsáveis por recolher e divulgar as informações prestadas pelos lobistas. Mas a nova Lei de Acesso à Informação já determina que as organizações públicas tenham órgãos incumbidos de disponibilizar aos cidadãos as informações referentes às suas atividades. A regulamentação do lobby produziria informações novas e de relevante interesse público, que os órgãos determinados pela Lei de Acesso à Informação deveriam reunir e publicar.

Embora não seja uma panaceia, pois a regulamentação não cobriria a defesa informal de interesses, nem aquela que mobiliza laços pessoais -de amizade ou de outra natureza- entre lobistas e decisores, convém retomar as discussões sobre a regulamentação do lobby no Brasil diante do novo quadro de transparência.

Não é mais possível fingir que o lobby não existe. A uma democracia madura, num país plural, convém conhecer as múltiplas formas de influência sobre o Estado e zelar para que elas se deem de modo legal e transparente. Deixar o "faz de conta" pode ser um processo duro. Mas é inevitável.

FABIANO ANGÉLICO, 36, especialista em transparência e combate à corrupção (Universidade de Chile) e mestre em administração pública (Fundação Getúlio Vargas), é jornalista e pesquisador, **WAGNER PRALON MANCUSO**, 40, doutor em ciência política pela USP, é professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da mesma universidade e **ANDRÉA OLIVEIRA GOZETTO**, 41, doutora em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professora universitária. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Fevereiro de 2013.

Femicídio (MÁRCIA TIBURI)



Cena do filme Anticristo (2009), de Lars Von Trier (Foto: Reprodução)

Anticristo, o polêmico filme de Lars Von Trier de 2009, conta a história de uma mulher que sofre pela morte acidental do filho pequeno. A opção do diretor dinamarquês parece ser a de investir na mítica culpa feminina estabelecendo um elo entre o desejo sexual irrefreável da personagem – caracterizada como quase ninfomaniaca – e o acidente que vitima a criança. O conflito entre a mulher e a mãe talvez esteja no fundo obscuro do filme. Mas isso é o que menos importa diante de um elemento mais curioso e politicamente mais perigoso.

Trata-se do fato de que a personagem interpretada pela atriz Charlotte Gainsbourg é uma estudiosa do que se chama de "femicídio", do qual ela mesma será vítima. Ela morre ao final, depois de ter mutilado o marido e ter se automutilado sexualmente, como se seus corpos desejantes devessem ser punidos de um crime. Mas, obedecendo à realidade, ela é que é morta e queimada pelo marido diante de sua casa. A morte por incineração é comum como crime doméstico em alguns países. O que o filme nos diz é que o destino das mulheres é padecer sob a culpa até sua eliminação como papel queimado.

Marcadas para morrer

Feminicídio é um termo cada vez mais corrente entre nós. Usado há séculos para falar do assassinato de mulheres, ele foi retomado em termos críticos há poucas décadas por uma teórica feminista inglesa chamada Diana Russell, que percebeu o significado misógino deste tipo de assassinato. Fala-se de feminicídio desde então para referir-se ao assassinato de uma pessoa por ela ser "mulher". A pergunta simples que é preciso fazer nesta hora envolve entender o elemento absurdo que a constitui: por que alguém seria morta apenas por sua condição de mulher? Ou, na via do assassino, por que alguém mataria outrem pelo fato de que este outro seja "mulher"? Podemos nos perguntar o que há de crime ou pecado, de ofensa ou de erro em ser "mulher"? Qual o teor desse ódio?

Não há discussão sincera sobre este tema que não seja obrigada a lutar contra o cinismo de respostas como a que dá Lars Von Trier em seu filme exemplar: a culpa é das próprias mulheres. O preço a ser pago para a portadora da culpa é a morte. O argumento da culpa feminina é usado por assassinos, estupradores e praticantes de violência contra mulheres em geral. O algoz se defende quando a opinião pública o questiona dizendo que "ela estava querendo", que "ela sabia o que iria acontecer". Os estupradores autorizam-se a estuprar e até matar porque a "outra" não se "portou" como "devia". Casos exemplares em nossa época não podem ser esquecidos: o da jovem indiana morta em dezembro do ano passado e das garotas estupradas pela banda New Hit, na Bahia.

Assim como genocídio é o termo usado para falar do assassinato étnico, feminicídio é o termo usado para falar de assassinato de mulheres motivados pelo fato de que sejam mulheres. É como se as mulheres estivessem desde sempre marcadas culturalmente por seu "sexo", como disse Simone de Beauvoir, mas neste caso, mais ainda, é preciso ver que marcadas para morrer por conta deste "sexo" com que são marcadas culturalmente.

Sob a prática patriarcal oculta-se mais do que o absurdo do suposto "motivo para os homens". A autorização soberana dos homens contra as mulheres é a característica do Patriarcado: o poder total na mão dos homens apenas porque são homens. O patriarcado é uma espécie de ordenamento fundamentalista, simbólico, político, econômico e jurídico, que implica que homens possam fazer o que quiserem com mulheres e nem serem culpados por seus atos. O rebaixamento das mulheres em qualquer campo é a ponta do iceberg do assassinato de antemão autorizado e sempre possível.

O patriarcado tratará como anomalia tudo o que se coloca contra a sua ordem. Daí a antipatia que tantos têm pela coragem feminista: ela representa a contraparte soberana que assusta porque ameaça mostrar o jogo sujo das relações de gênero a que as mulheres estão submetidas.

contato@marciatiburi.com.br. Revista CULT, Fevereiro de 2013.

'Mortes e lasanha de cavalo' (PASQUALE CIPRO NETO)

DIA DESSES, citei neste espaço um pensamento de um velho companheiro de trabalho ("Não há limite para o pior", diz ele há décadas). No que diz respeito ao que se faz com a escrita, com certos textos e com certos títulos jornalísticos - péssimos, horrendos e, sobretudo, inacreditáveis--, parece que o velho companheiro tem razão.

Ontem, estupefacto, vi num site, no meio de títulos que remetiam a bobagens e bobagens relativas ao Carnaval (quem é a musa, quem tem a bunda mais isso e mais aquilo, qual é o casal mais isso e aquilo), a seguinte pérola: "Carnaval tem mais mortes na Kiss e lasanha de cavalo".

Carlos Drummond de Andrade morreria de inveja da quebra do paralelismo produzida pelo uso de "mortes" e "lasanha" como complementos do mesmo verbo ("ter"). Drummond abre o antológico "Soneto da Perdida Esperança" com estes versos: "Perdi o bonde e a esperança. Volto pálido para casa". A quebra do paralelismo gerada pelo uso de "bonde" (substantivo concreto) e "esperança" (abstrato) como complementos da mesma forma verbal ("perdi") instaura o clima para que o Mestre trate com profundidade de um dos eternos dilemas humanos (a perda da esperança e a necessidade de continuar, de buscar o eterno).

O que me diz o leitor de "Carnaval tem mais mortes na Kiss e lasanha de cavalo"? Não é mesmo para matar de inveja Drummond e outros nobres da literatura? Não bastasse o fato de a Kiss estar fechada há uns bons dias (a morte citada ocorreu num hospital -trata-se de mais uma vítima do que houve na discoteca), ainda é preciso aguentar o humor funéreo produzido pela associação "morte/lasanha". Deus meu! Como faz falta a leitura dos grandes autores, clássicos ou modernos!

O episódio mostra bem a penúria ideológica dos dias de hoje. Vale tudo; tudo é notícia (por 15 segundos); tudo tem relação com tudo; tudo cabe no mesmo balaio (incêndio na discoteca, lasanha de carne de cavalo e por aí vai). Santa renúncia do papa! Enquanto o assunto ferveu (por algumas horas), a bobajada ficou em segundo plano e se produziram frases e textos um pouco mais conexos (mas os títulos...).

Por falar em título, veja esta outra preciosidade, do início de janeiro: "Aplicativo que acha táxi criado por brasileiro é levado a cinco países". Elaiá! O que terá criado esse intrépido brasileiro? Um táxi? Ou um aplicativo? A leitura do texto (e, horas mais tarde, do próprio título, que foi corrigido e redigido como manda o figurino) deixava claro que esse brasileiro criou um aplicativo que localiza táxis.

A salvação para o título é elementar, elementaríssima: basta mudar a ordem das palavras. Vamos lá: "Criado por brasileiro, aplicativo que localiza/acha táxi é levado a cinco países". Simples assim. Elementar. E o verbo "ter"? Elaiá, elaiá,

elaí! Veja este título, fresquinho: "Sílvio Santos tem uma praça com o seu nome". Viva! Melhor do que isso, só isto, que foi ao ar num telejornal: "A mulher teve o marido entre os 12 mortos". Caro Zé Simão, perdoe-me por roubar material para a sua coluna! A mulher pariu o marido! E no meio de 12 cadáveres! Cruz-credo! O marido deve ser o próprio satanás.

Será que não dá para dar uma parada, uma paradinha que seja nesse uso desenfreado e horroroso do verbo "ter"? Será que é difícil perceber que basta dizer "O marido de Fulana de Tal é um dos 12 mortos"?

Vale a pena citar também o emprego no mínimo estranho do pronome possessivo "seu" ("Sílvio Santos tem uma praça com o seu nome"). Com o nome de quem? Dele? E, já que Sílvio Santos "tem" uma praça, essa praça pertence a ele, é propriedade dele? "Libera nos, Domine." É isso.

PASQUALE CIPRO NETO é professor de português desde 1975. Colaborador da **Folha** desde 1989, é o idealizador e apresentador do programa "Nossa Língua Portuguesa" e autor de várias obras didáticas e paradidáticas. Escreve às quintas na versão impressa de "Cotidiano". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Esculhambação (FERREIRA GULLAR)

A TRAGÉDIA de Santa Maria impactou o país pela quantidade de mortes que ocasionou mas também pelo que significa no quadro da realidade brasileira: a denúncia da irresponsabilidade que tomou conta do país.

Que, no Brasil de hoje, as leis, as normas sociais estão aí apenas para constar, a gente já sabia. Mas foi preciso, desgraçadamente, que o incêndio da boate Kiss resultasse na morte de quase 240 pessoas - na sua maioria jovens universitários - para que as autoridades se mancassem e se sentissem obrigadas a fazer o que mais as desagradava: fazer cumprir as leis e, pior ainda, punir quem as desrespeita. Na verdade, querem ser todos bonzinhos, especialmente consigo mesmos.

A tragédia de Santa Maria tornou de repente inviável essa cômoda atitude. A postura usual dos governantes e das autoridades é a de não admitir os seus próprios erros, atribuindo-os a injúrias ou mentiras inventadas pela imprensa. Mas, desta vez, diante de centenas de cadáveres amontoados na rua e dos parentes soluçando em desespero, o que fazer? Dizer que se tratava de uma invenção da mídia não podiam. Tiveram, eles próprios, que mentir. O prefeito de Santa Maria não sabia nada do que se passava naquela boate.

Já o comandante do Corpo de Bombeiros da cidade afirmou, com firmeza, que, legalmente, bastava uma única porta numa casa de shows onde se divertiam mais de mil pessoas, embora a lotação legal fosse de apenas 650 frequentadores. Os extintores de incêndio não funcionavam, como ficou provado pela perícia, mas ele alegou que estavam em perfeito estado e, se não funcionaram, teria sido pela imperícia de quem tentou manejá-los.

Noutras palavras, embora o Corpo de Bombeiros tenha permitido que a boate funcionasse sem obedecer a quaisquer exigências legais, nenhuma culpa tem pelo que ali ocorreu. Indignei-me ao ouvi-lo mas tampouco esperava que ele dissesse outra coisa, uma vez que, se tanta gente morreu naquele incêndio, a razão disso não é outra senão a desobediência a toda e qualquer norma de segurança. E por que isso ocorre? Por negligência? Por receberem propina? Por obedecerem a recomendações superiores? Ninguém sabe ao certo. O que se sabe é que este nosso Brasil é hoje uma pura e simples esculhambação.

Veja se exagero. Como a boate pegou fogo mesmo e 239 pessoas morreram mesmo; como a boate só tinha uma porta e os extintores de incêndio não funcionavam, ninguém pode, desta vez, alegar que se trata de uma calúnia. É inegável que o desastre ocorreu porque as autoridades responsáveis foram omissas. Mas, em seguida, diante da tragédia e da omissão comprovada, todas elas, imediatamente, passaram a agir com a presteza e o rigor que nunca tiveram antes.

O resultado não poderia ser outro: em todos os Estados e cidades, onde a fiscalização foi acionada, centenas de casas noturnas ou não apresentavam as condições de segurança exigidas ou estavam com a licença de funcionamento vencida. Isso significa que os proprietários e responsáveis por esses espaços vêm durante anos pondo em risco a vida dos frequentadores, como se isso se tratasse da coisa mais normal do mundo. Até uma borracharia funcionava como boate. É que, do governador ao comandante do Corpo de Bombeiros, do chefe da fiscalização ao fiscal menos categorizado, todos usam o poder que detêm para tirar vantagens, sejam elas políticas, sejam pessoais. O interesse público é sua moeda de troca. Pois bem, a pergunta a fazer é por que isso acontece e de maneira tão generalizada? Não tenho a resposta pronta. Mas não há dúvida de que a máquina do Estado foi apropriada por partidos e líderes políticos, que a usam em benefício próprio, seja pessoal, seja partidário. As leis, portanto, não têm valia ou só valem quando servem a esses interesses.

É que, para eles, a opinião pública não merece nenhum respeito. Que outro sentido tem a recente eleição de Renan Calheiros para presidir o Senado Federal, embora denunciado pelo procurador-geral da República por peculato, uso de documentos falsos e corrupção? Há cinco anos, ele renunciou a essa mesma presidência e ao seu mandato parlamentar para escapar de ser cassado. E volta, agora, sob os aplausos efusivos de seus companheiros de farsa. É ou não é uma esculhambação?

FERREIRA GULLAR é cronista, crítico de arte e poeta. Escreve aos domingos na versão impressa de "Ilustrada". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Para onde caminha a humanidade (LAEXANDRE QUARESMA)



O futuro que estamos construindo será o resultado de tudo isso que plasmamos tecnologicamente em torno de nós, em interação diametral com as novas sensibilidades e capacitações sociais e humanas que formos capazes de obter, absorver e consolidar

PARA ONDE caminha a humanidade?

Esta pergunta, estrutural do ponto de vista antropológico, nos remete imediatamente a uma imensa gama de atividades tecnológicas notadamente humanas que, de certa forma, caracterizam nossa história atual e também progressiva no próprio planeta, e que vão se acumulando em termos de saberes, conhecimentos e aplicações.

Para sermos o que somos hoje – afirmamos – apoiamos-nos em nossas criações tecnológicas. O domínio do fogo e o lascar da pedra no fim do Período Neolítico, nesse contexto, são eventos que trazem um empoderamento muito significativo para esta espécie que nascia naqueles dias de extrema competitividade biológica. Com o passar dos tempos, e em especial em nossa história mais recente, criamos e implementamos outras invenções e inovações tecnológicas importantes – como a escrita, a matemática, a roda, a vela, a bússola e a pólvora, para citar apenas algumas – que foram se somando e se

cristalizando nas culturas como um todo, paulatinamente, o que veio garantir (à espécie) sobrevivência e permanência filogenética através das eras e milênios que iriam se suceder a partir de então. Foram estas mediações técnicas que garantiram e viabilizaram a nossa constituição antropológica e cultural, mas foram elas também que nos transformaram através dos tempos, pois deixaram em nós e em nossas culturas as marcas indelévels das técnicas que, por si, geram – como Heidegger afirma, e nós concordamos – uma dependência social da técnica pela própria técnica.

Mas não se tratou de um progresso linear, cumulativo e sempre crescente, como poderíamos acreditar, e, sim, de uma história extensa e enviesada, complexa e rebuscada, de um desenvolvimento lento da própria espécie que se estruturava dentro de seu dinâmico e multifacetado habitat, e de seres e mais seres que instintivamente lançaram os alicerces do que seria a nossa humanidade. **Complexidade** e complexificação cultural que vieram junto com a expansão cognitiva e sensorial corpórea destes primeiros hominídeos, que emergiu, por sua vez, devido ao progressivo desenvolvimento biológico de nossos cérebros, em especial de nosso neocórtex, originando, assim, uma trajetória épica cheia de pontuais avanços e recuos, bonanças e crises, longuíssimos períodos de frio extremo ou calor calcinante, colapsos e extinções, todos estes efeitos e frutos do clima impiedoso das eras glaciais primitivas a se suceder, da extrema competitividade entre espécies e também do ambiente inóspito e até certo ponto hostil destes tempos primevos, ora longínquos.

Fato é que foram acontecimentos ímpares que, na prática, serviram como imposições adaptativas necessárias para que esta espécie arguta e sagaz que se autodenomina *Homo sapiens* (homem sábio) pudesse advir, evoluir e se consolidar. Essa interface sempre tecnológica com o mundo ao nosso redor faz parte de nossa própria forma de concebê-lo e interagir com ele. Somos seres tecnológicos – se é que é lícito dizê-lo – *por natureza*. Para confirmar tal teoria, basta ver a infinidade de objetos técnicos que existem atualmente à nossa volta, e a importância considerável que damos a eles enquanto objetos

Teoria da Complexidade » Trata-se de uma visão interdisciplinar que abrange áreas distintas do conhecimento humano, como a Filosofia, a Epistemologia, a Linguística, a Química, a Física, a Física Quântica, a Meteorologia, a Estatística, a Biologia, a Sociologia, a Cosmologia, entre muitas outras. Esta disciplina se propõe a estudar os sistemas complexos adaptativos, os comportamentos emergentes, os sistemas de complexidade das redes, o equilíbrio termodinâmico e a auto-organização. Edgar Morin, Henri Atlan, Ilya Prigogine, Isabelle Stengers e Anthony Wilden são autores referência do pensamento complexo.

estruturantes de nossa cultura, tornando-os úteis e até necessários ao fluir e refluir de nosso próprio dia-dia técnico-informático-computacional. Gostaria de atacar este assunto por duas frentes críticas distintas: A primeira é a do *empoderamento*. E a segunda é a do *desencanto*.

EMPODERAMENTO

O empoderamento é um tanto quanto óbvio: Com as lascas de pedra, ossos e madeira, construímos nossas primeiras armas. Com a pele dos animais subjugados que nos serviram de alimento, vestimo-nos. Com o fogo espantamos os animais ferozes e mais ameaçadores, com ele nos aquecemos, cozinhamos os alimentos indigestos crus, nos adaptamos aos ambientes mais hostis, iluminamos as noites sem lua, desbravamos ambientes sombrios de cavernas e grutas, mais adiante fundimos os metais para construir os mais diversos objetos, enfim, forjamos instrumentos, constituímos ferramentas, concebemos novas tecnologias, demos formas intencionais aos materiais, e assim por diante.

Nos últimos cem anos há uma aceleração deste processo de complexificação tecnológica e atualmente implementamos aeronaves, telescópios, armas de destruição em massa, computadores, tablets, telefones e uma gigantesca rede informacional para conectá-los simultaneamente, gerando uma sensibilidade cibernética planetária.

São todas as próteses técnicas de diversas naturezas, alinhadas e convergentes, que estendem e mediam a nossa relação com o mundo, e esse mundo tecnicista que construímos é composto por satélites, sondas, robôs, supercomputadores, nanotecnologias, algoritmos evolucionários, redes neurais, bioengenhieramento, clonagem, bioimpressão, **geoengenharia**, e a lista – nesta virada de milênio – parece não ter fim. Toda esta infraestrutura técnica de extrema complexidade e sofisticação que construímos – oriunda destes mesmos conhecimentos e saberes técnicos que se constituem, e que perfaz todas as sociedades industrializadas – certamente traz um empoderamento para os grupos humanos perante o planeta e as demais espécies; todavia, este movimento já superou há muito tempo a esfera da sobrevivência como razão, e nossa proliferação desordenada e caótica tem posto em risco o meio ambiente que nos contém e, por conseguinte, a nossa própria sustentabilidade filogenética.

Geoengenharia » Ciência relativamente recente que estuda as possibilidades técnicas de interferência humana no clima e no próprio sistema organizacional do planeta em escala biosférica. Como pretende abranger sistemicamente áreas muito grandes e até globais, faz-se igualmente necessário – de preferência antes de implementar as prospecções – o estudo acerca dos possíveis desdobramentos negativos ou mesmo degradantes destas técnicas de interferência e controle, pois os efeitos colaterais podem superar as promessas de melhora das condições terrestres.

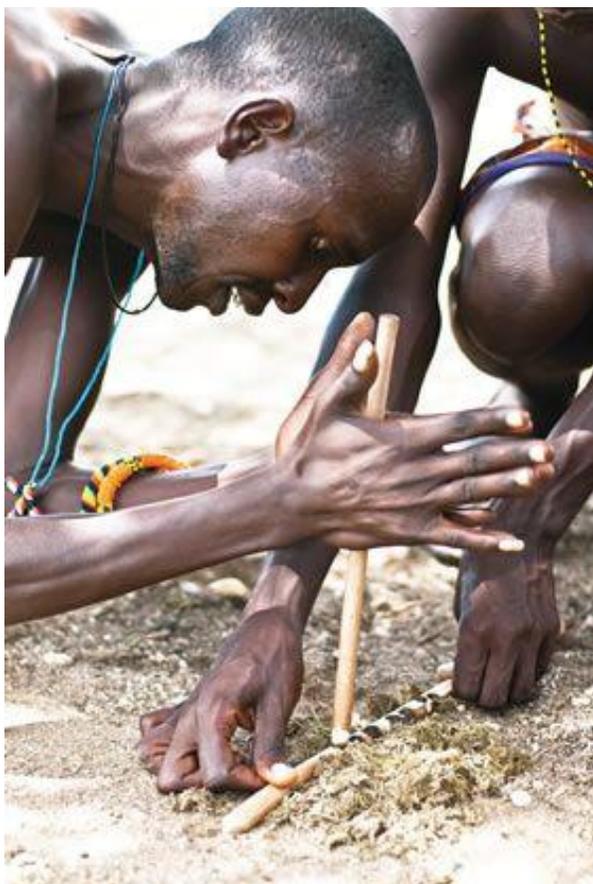
Para sermos o que somos hoje, nos apoiam em nossas criações tecnológicas. O domínio do fogo e o lascar da pedra no fim do Período Neolítico, nesse contexto, são eventos que trazem um empoderamento muito significativo para esta espécie

Tratamos de um empoderamento que propicia uma série de interferências, transformações e controles no mundo e em nós mesmos, alterando nossas relações com o ambiente, com nossos semelhantes e até com as forças criadoras do próprio universo que nos circunscreve; enfim, tais eventos implicam uma complexa reestruturação de nossa humanidade e civilização.

Pois agora a nossa capacidade técnica de subjugar e explorar a Natureza vai do infinitesimal das nanotecnologias – o N da Convergência Tecnológica NBIC – passando pelo B de bio, que engloba todas as novas ciências biológicas – incluídas aí a clonagem, o bioengenhieramento, a manipulação genética, a transgenia, a neoeugenia, isso para citar apenas algumas –, convergindo sinergeticamente também com o I de informação, informática e informatização – que de certa forma perfaz todas as demais subseções da mencionada sigla, até porque as **linguagens algorítmicas** e computacionais encontram-se presentes e fortemente enraizadas em todas as outras relações e mediações técnicas de nossas sociedades.

Linguagem algorítmica » Algoritmos são fórmulas matemáticas hipercomplexas concebidas a partir de bits (zeros e uns), que servem para traduzir qualquer tipo de informação digital, além de operarem como forças motrizes de nossos hardwares e programas, garantindo que os protocolos e procedimentos técnicos intrínsecos aos sistemas operem e cooperem de forma harmoniosa e - uida, propiciando o que nós conhecemos como computação e conectividade.

E isso, diga-se, vale para todos os objetos de nossa cultura cibernética, ou cibercultural como alguns preferem dizer; dos mais simples aos mais complexos, culminando finalmente com o C de cognição, que seria a última fronteira biológica e até então impenetrável e incompreensível do corpo humano sendo rompida, emulada e, de certa maneira, violada, desmistificada e reificada tecnicamente através das neurociências de prospecção.



Saber para onde estamos caminhando nos remets, imediatamente, a uma imensa gama de atividades tecnológicas que criamos em nossas sociedades

Quanto a este tópico (o empoderamento), vale lembrar que as tecnologias de fato *abrem várias portas*, mas também as *fecham*. Pois a maioria dos problemas socioambientais mais graves que temos que enfrentar na atualidade é fruto destas mesmas técnicas e tecnologias que tanto nos ajudaram e ainda ajudam. Dito isto, retenhamos o seguinte: o empoderamento traz benefícios, mas também traz danos.

O DESENCANTAMENTO

A outra frente que gostaria de atacar com alguma brevidade é a *dodesencantamento*. Referimo-nos a todo este poder tecnológico acumulado e à disposição da espécie humana, potencialização técnica que gera uma situação no mínimo inquietante para nós mesmos, pois (1) vem desalojar e substituir as forças e potências criadoras da Natureza e de Deus em todos os sentidos pensáveis, instrumentando- nos tecnologicamente para estarmos aptos a realizar e engendrar a própria vida, (2) na medida em que expulsa o mistério, o simbolismo natural e o divino, desde os átomos até as esferas mais complexas da Natureza e da sociedade, passa concomitantemente a ocupar seus locus de poder, e assim (3) vai passando também a controlar e reger contextos profundos desta mesma Natureza e de nossa própria existência singular.

A criação, o milagre da vida, os enigmas da Natureza, as forças do clima, o movimento dos astros e a própria ordem da evolução biológica repousam – pasmem – sob as mãos inábeis dos seres humanos da Pós-modernidade. Ou seja, o empoderamento traz também desencantamento, pois tudo pode ser calculado, quantificado, matematizado, controlado, explorado, replicado, comercializado e, principalmente, resignificado tecnologicamente. Nossas sociedades, ironicamente, à medida que moldam seus ambientes, constituindo redes tecnológicas cada vez mais complexas, vão igualmente sendo moldadas por estas forças poderosíssimas que elas mesmas puseram em ação.



A maioria dos problemas socioambientais mais graves que temos que enfrentar na atualidade é fruto de tecnologias que tanto nos ajudaram

Agora, a nossa capacidade técnica de subjugar e explorar a Natureza vai do infinitesimal das nanotecnologias – o N da Convergência Tecnológica NBIC –, passando pelo B de bio, que engloba todas as novas ciências biológicas

CONCLUSÃO

Em resposta à nossa pergunta inicial, podemos afirmar que caminhamos rumo a um futuro de tecnicização e controle progressivos, onde a Natureza e o próprio ser humano são os objetos centrais das **bioprospeções**, e onde o natural e biológico de certo modo declinam, dando lugar a uma cultura cibernética e digital da eficiência, do controle e da informação. O problema se evidencia justamente quando percebemos que tais contextos parecem operar e evoluir alheios ao controle social, seguindo por caminhos tortuosos e difusos, na opacidade dos interesses numerários e geopolíticos de empresas e nações, alijando a coletividade das tomadas de decisão mais importantes e significativas acerca de seu futuro. Por outro lado, e retornando ao empoderamento que as tecnologias nos trazem, a própria internet e a cultura digital têm se mostrado excelente ferramental para a criação de novas sensibilidades sociais e articulações políticas, e de certa maneira também estão transformando a face do mundo. Conclusivamente – afirmamos – o futuro que estamos construindo será o resultado de tudo isso que plasmamos tecnologicamente em torno de nós, em interação diametral com as novas sensibilidades e capacitações sociais e humanas que conseguirmos obter, absorver e consolidar nesta fricção ferbulhante das estruturas sociotécnicas a se constituir.

Bioprospeções » Como está em Trigueiro (200:, p. 116): "Prospecção da biodiversidade 'bioprospectin') foi de nido originalmente por Reid (1993) como a exploração da biodiversidade para obtenção de recursos genéticos e bioquímicos para efeito de futura comercialização".

REFERÊNCIAS

TRIGUEIRO, **Michelangelo** (2009). Sociologia da tecnologia – Bioprospeção e legitimação. São Paulo: Centauro, 2009.

ALEXANDRE QUARESMA é escritor, ensaísta, pesquisador de tecnologias e consequências socioambientais. Autor dos livros *Nanocaos e a responsabilidade global*, *Humano-Pós-Humano – Bioética, dilemas e con itos da Pós-modernidade e Nanotecnologias: Zênite ou nadir?* É membro ativista da Renanosoma (Rede de Pesquisa em Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente) e vinculado à FDB (Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera). a-quaresma@hotmail.com. **Revista SOCIOLOGIA**, Fevereiro de 2013.

Quem governará a internet? (DAN SCHILLER)

O provedor Internet Free denunciou o YouTube por consumir muita banda e polemizou ao bloquear, em represália, a publicidade do Google. Assim, colocou em questão a "neutralidade da internet" – um dos assuntos discutidos na conferência de Dubai, onde o grande assunto foi, contudo, a tutela dos EUA sobre a rede mundial

EM GERAL circunscrita a contratos comerciais entre operadores, a geopolítica da internet há pouco se viu abertamente exposta. De 3 a 14 de dezembro de 2012, 193 países-membros da União Internacional de Telecomunicações (UIT, agência filiada à Organização das Nações Unidas) se encontraram em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, para a 12ª Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais. No encontro, os diplomatas, atulhados de conselhos de industriais do setor, forjaram acordos que se espera facilitem as comunicações por cabo e satélite. Demoradas e tediosas, essas reuniões são, no entanto, cruciais em razão do papel determinante das redes no funcionamento cotidiano da economia global. A principal controvérsia nessa reunião de cúpula esteve concentrada na internet: a UIT deveria assumir responsabilidades na supervisão da rede mundial de computadores, a exemplo das que ela exerce há décadas sobre outras formas de comunicação internacional?

Os Estados Unidos responderam com um "não" firme, já que o novo tratado renunciou a conferir qualquer papel à UIT naquilo que se costuma chamar de "governança global da internet". No entanto, a maioria dos países aprovou uma resolução anexa convidando os países-membros "a expor em detalhe suas respectivas posições sobre questões internacionais técnicas, de desenvolvimento e de política pública relacionadas com a internet". Apesar

de “simbólico”, como salientou o *New York Times*,¹ esse esboço de monitoramento global entrou em choque com a postura intransigente da delegação norte-americana, que se recusou a assinar o tratado e bateu a porta da conferência, seguida entre outros pela França, Alemanha, Japão, Índia, Quênia, Colômbia, Canadá e Reino Unido. Porém, mais de dois terços dos países participantes – 89 no total – decidiram aprovar o documento. Outros podem assiná-lo mais tarde.

Como essas peripécias aparentemente ocultas se revestem de uma importância considerável? Para esclarecer as questões, devemos primeiro dissipar a espessa nuvem de retórica que rodeia o caso. Há vários meses, a imprensa ocidental vinha apresentando a conferência em Dubai como o local de um confronto histórico entre os partidários de um diálogo aberto, respeitoso das liberdades, e os adeptos da censura, encarnados por Estados autoritários como Rússia, Irã e China. O quadro do debate foi colocado em termos tão maniqueístas que Franco Bernabè, diretor da Telecom Italia e presidente da associação de operadoras de telefonia móvel GSMA, denunciou uma “guerra de propaganda”, à qual ele imputou o fracasso do tratado.²

Máquinas de vigilância norte-americanas

A liberdade de expressão não é uma questão menor. Onde quer que se viva, não faltam razões para temer que a relativa abertura da internet seja corrompida, manipulada ou parasitada. Mas a ameaça não vem somente dos exércitos de censores ou da “grande muralha eletrônica” erguida no Irã ou na China. Nos Estados Unidos, por exemplo, os centros de escuta da Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês) monitoram o conjunto das comunicações eletrônicas que passam por cabos e satélites norte-americanos. O maior centro de cibermonitoramento do mundo está em construção em Bluffdale, no Deserto de Utah.³ Washington persegue o WikiLeaks com determinação feroz. Por outro lado, foram empresas norte-americanas, como Facebook e Google, que transformaram a web em uma “máquina de monitoramento” que absorve todos os dados comercialmente exploráveis sobre o comportamento dos internautas.

Desde os anos 1970, o “livre fluxo de informações” (*free flow of information*) constitui um dos fundamentos da política externa oficial dos Estados Unidos,⁴ apresentada no contexto da Guerra Fria e do fim da descolonização, como um farol a iluminar o caminho da emancipação democrática. Ela hoje permite reformular interesses estratégicos e econômicos imperiosos na linguagem sedutora dos direitos humanos universais. “Liberdade da internet”, “liberdade para se conectar”: essas frases, apregoadas pela ex-secretária de Estado Hillary Clinton e pelos executivos do Google, na véspera das negociações, constituem a versão modernizada da ode ao “livre fluxo”. Em Dubai, as discussões abrangeram uma grande variedade de áreas transversais. No programa, notadamente, a questão das relações comerciais entre os vários serviços da internet, como o Google, e as grandes redes de telecomunicações, como a Verizon, a Deutsche Telekom e a Orange, que transportam esses volumosos fluxos de dados. Crucial para suas questões comerciais, o assunto o é também pelas ameaças que representa para a neutralidade da rede, ou seja, o princípio da igualdade de tratamento de todas as trocas na web, independentemente das fontes, dos destinatários e dos conteúdos. O gesto de Xavier Niel, chefe da Free, de investir sobre as receitas de publicidade do Google em janeiro de 2013 bloqueando seus anúncios, ilustra essas questões. Uma declaração geral que exigisse que os fornecedores de conteúdo pagassem aos operadores de redes teria graves consequências sobre a neutralidade da internet, que é uma garantia vital para a liberdade do internauta.

Mas o confronto que marcou a conferência centrou-se em uma questão bem diferente: quem tem o poder de controlar a integração constante da internet na economia capitalista transnacional?⁵ Até hoje, esse poder pertence essencialmente a Washington. Nos anos 1990, quando a internet explodiu em escala planetária, os Estados Unidos aplicaram intensos esforços para institucionalizar seu domínio sobre a gestão da rede. Por seu funcionamento, esta exige de fato que os nomes de domínio (como “.com”), os endereços digitais e os identificadores de redes sejam atribuídos de forma distinta e coerente. Isso implica a existência de um poder institucional capaz de assegurar essas atribuições, e cujas prerrogativas se estendam por consequência ao conjunto de um sistema que é, no entanto, extraterritorial por natureza. Aproveitando essa ambiguidade original, os Estados Unidos confiaram a gestão dos domínios a uma agência criada por eles, a Internet Assigned Numbers Authority (Iana). Ligada por contrato ao Ministério do Comércio, a Iana funciona na qualidade de membro de uma associação californiana de direito privado, a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (Icann), cuja missão consiste em “preservar a estabilidade operacional da internet”. Quanto aos padrões técnicos, foram estabelecidos por duas outras agências norte-americanas, a Internet Engineering Task Force (IETF) e a Internet Architecture Board (IAB), elas próprias integradas a outra organização sem fins lucrativos, a Internet Society. Em vista de sua composição e de seu financiamento, não é surpreendente que essas organizações deem mais atenção aos interesses dos Estados Unidos do que às solicitações dos usuários.⁶

Os sites comerciais mais prósperos do planeta não pertencem a capitais quenianos ou mexicanos, nem mesmo russos ou chineses. A atual transição para a “computação em nuvem” (*cloud computing*), cujos principais atores são norte-americanos, deve aumentar ainda mais a dependência da rede em relação aos Estados Unidos. O desequilíbrio estrutural do controle da internet garante a supremacia norte-americana no ciberespaço, tanto no plano comercial como no militar, deixando pouca margem a outros países para regular, apertar ou afrouxar o sistema de acordo com seus próprios interesses. Por meio de várias medidas técnicas e legislativas, cada país é, certamente, capaz de exercer um grau de soberania sobre o ramo “nacional” da rede, mas sob a supervisão bem próxima do policial planetário. Desse ponto de vista, como observa o estudioso Milton Mueller, a internet é uma ferramenta de “política norte-americana de globalismo unilateral”.⁷

A função de gerente permitiu aos Estados Unidos propagar o dogma da propriedade privada mesmo no coração do desenvolvimento da internet. Embora dotada, no princípio, de uma relativa autonomia, a Icann ficou marcada pelos favores extraterritoriais concedidos a detentores de marcas comerciais registradas. Apesar de seus protestos, várias organizações não comerciais, embora representadas no seio da instituição, não conseguiram se contrapor a empresas como a Coca-Cola e a Procter & Gamble. A Icann invoca o direito empresarial para impor suas regras aos organismos que administram os domínios de primeiro nível (como “.org” e “.info”). Se os fornecedores nacionais de aplicações controlam o mercado doméstico em vários países, sobretudo na Rússia, China e Coreia do Sul, os serviços de internet transnacionais – ao mesmo tempo os mais rentáveis e mais estratégicos nesse sistema extraterritorial – continuam da Amazon ao Paypal, passando pela Apple, como cidadelas norte-americanas, construídas sobre o capital norte-americano e ligadas ao governo norte-americano.

Desde os primórdios da internet, vários países têm se revoltado contra seu *status* de subordinados. A multiplicação de indícios que assinalam que os Estados Unidos não têm nenhuma intenção de afrouxar seu controle vem progressivamente ampliando o bloco dos descontentes. Essas tensões acabaram por causar uma série de reuniões no mais alto nível, especialmente no contexto da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (SMSI, na sigla em inglês), organizada pela UIT em Genebra e em Túnis, entre 2003 e 2005.

Ao oferecerem uma tribuna para os países frustrados por não terem chance de se manifestar, essas reuniões prefiguravam o choque de Dubai. Reunidos em uma Comissão Consultiva Governamental (GAC, na sigla em inglês), cerca de trinta países esperavam persuadir a Icann a compartilhar uma parte de suas prerrogativas. Uma esperança logo frustrada, especialmente porque seu *status* na GAC os colocava no mesmo nível que as empresas comerciais e as organizações da sociedade civil. Alguns países teriam conseguido se adaptar a essa situação anormal se, apesar dos discursos edificantes sobre a diversidade e o pluralismo, a prova não tivesse sido imposta a todos: a governança global da internet é tudo menos igualitária e pluralista, e o Poder Executivo norte-americano de forma alguma pretende abrir mão de seu monopólio.

Índia e Quênia aderem ao golpe

O fim da era unipolar e a crise global de 2009 ataçaram ainda mais o conflito inflamado entre países sobre a economia política do ciberespaço. Os governos estão sempre à procura de pontos de alavancagem para iniciar a coordenação da gestão da rede. Em 2010 e 2011, por ocasião da renovação do contrato entre a Iana e o Ministério do Comércio norte-americano, vários países apelaram diretamente a Washington. O governo queniano pediu, em especial, uma “transição” da tutela norte-americana para um regime de cooperação multilateral, por meio de uma “globalização” dos contratos que regem a superestrutura institucional que enquadra os nomes de domínio e os endereços IP. Índia, México, Egito e China fizeram propostas no mesmo sentido.

Os Estados Unidos reagiram a essa rebelião exagerando a retórica da “liberdade na internet”. Ninguém duvida que eles também intensificaram seu *lobby* bilateral com o objetivo de resgatar para o rebanho certos países desalinados. Como prova, a reviravolta na conferência de Dubai: Índia e Quênia prudentemente aderiram ao golpe de força de Washington. Qual será o próximo passo? As agências governamentais norte-americanas e os grandes patrocinadores do cibercapitalismo, como o Google, provavelmente continuarão a usar todo seu poder para reforçar a posição central dos Estados Unidos e desacreditar seus opositores. Mas a oposição política ao “unilateralismo global” dos Estados Unidos está e permanecerá aberta, a ponto de o editorialista do *Wall Street Journal* não hesitar, depois de Dubai, em evocar a “primeira grande derrota digital dos Estados Unidos”.⁸

DAN SCHILLER é professor de comunicação na universidade Urbana-Champaign (Illinois), autor de *How to think about information*, University of Illinois Press, Chicago, 2006. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Fevereiro 2013.**

Entre Berlim e o Vaticano (JOSÉ LUÍS FIORI)

NO MESMO ANO em que foi eleita na Alemanha a democrata-cristão Angela Merkel, em 2005, o cardeal alemão conservador Joseph Ratzinger tornou-se Papa, e, desde então, apesar de suas “trapalhadas” internacionais, tem tido um papel decisivo na luta ideológica dentro da União Européia. Defendendo a necessidade de a Europa voltar às suas raízes cristãs, para recuperar sua identidade e liderança mundial. Daí sua crítica ao Islã e à entrada da Turquia na UE. A análise é de José Luís Fiori, produzida em 2009 e totalmente atual.

“Por Deus e contra a Turquia”

(Lema da democracia-cristã alemã na campanha para o Parlamento Europeu)

Pode parecer estranho, mas a crise econômica mundial não teve um papel importante na vitória das forças conservadoras, nas eleições para o Parlamento Europeu, do dia 7 de junho de 2009. Seu resultado final consolidou tendências que já vinham de antes da crise, e apontavam já faz tempo para o fortalecimento da direita, em toda a Europa, incluindo a Grã Bretanha e a Espanha, onde os conservadores ganharam as eleições européias, mas permanecem na oposição nos seus países.



Por outro lado, o comentado crescimento da “extrema-direita” só se deu em alguns poucos países pequenos e inexpressivos, do ponto de vista eleitoral, dentro da UE. Da mesma forma, a derrota dos social-democratas e o declínio da esquerda já vinha de antes, e não reverteu nestas últimas eleições por uma razão muito simples: os social-democratas são parte essencial da própria crise. Relembrando uma história conhecida: a social-democracia europeia abandonou a “utopia” socialista, depois da II Guerra Mundial, e só se converteu às teses e políticas keynesianas no final da década de 50.

Mas, em seguida, a partir dos anos 70, aderiu às novas teses e políticas neoliberais hegemônicas até o início do século XXI. E até

hoje, na burocracia de Bruxelas, e dentro do Banco Central Europeu, são os social-democratas e os socialistas que em geral defendem com mais entusiasmo a ortodoxia macroeconômica e liberal.

Neste momento, por exemplo, o ministro das Finanças alemão, o social-democrata Peer Steinbruech, é considerado por todos como a autoridade financeira mais ortodoxa e radical nos governos das grandes potências capitalistas. Além disso, os social-democratas e socialistas europeus não participaram da origem do projeto de integração europeia, e nunca conseguiram formular uma visão consensual do projeto de unificação.

Portanto, nestas últimas eleições parlamentares, os social-democratas e socialistas europeus não podiam ser vistos como uma alternativa frente à crise do modelo neoliberal, porque eles são de fato uma parte essencial da própria crise, e além disto não dispõem de nenhuma proposta específica para os impasses atuais da União Europeia.

Deve se ter em conta, entretanto, que se este resultado eleitoral era previsível, ela também não anuncia nenhuma grande novidade pelo lado conservador. Em primeiro lugar, porque ela não altera a correlação das forças fundamentais que já existia dentro do Parlamento Europeu. E, em segundo lugar, porque a multiplicação dos votos e das organizações conservadoras aumentou em vez de diminuir as divisões que já existiam dentro da direita, e dentro dos 27 países que compõem a UE.

Quase todos se opõem à entrada da Turquia na UE querem acabar com a dependência energética da Rússia, e defendem a repressão dos imigrantes islâmicos. Mas, ao mesmo tempo, a maior parte da “extrema-direita” é contra a própria unificação europeia, e mesmo os conservadores ingleses são quase todos “eurocéticos”.

Além disso, não existe neste momento um acordo sobre a política econômica para enfrentar a crise e se mantém as principais divergências estratégias entre os atuais governantes conservadores. Ou seja, as forças de direita que ganharam as últimas eleições parecem uma Torre de Babel mais confusa como do que a Babel dos social-democratas, e de toda a esquerda continental. Mas, apesar de toda esta confusão, a Europa vai seguindo lentamente uma trilha que não aparece aos olhos do cidadão comum. O projeto de unificação europeia foi concebido originalmente, no início dos anos 50, em grande medida, para incluir e desmilitarizar a Alemanha e para conter a União Soviética, sob a batuta franco-americana. Mas, depois de 1991, este projeto virou de ponta cabeça, com a reunificação da Alemanha e o fim da URSS.

A partir daí, a Alemanha se aproximou da nova Rússia, e estendeu sua influência a toda a Europa Central, alargando sua liderança econômica dentro da UE. Por isso, quando a primeira-ministra Angela Merkel foi eleita, em 2005, pôde montar um governo de “união nacional” com os social-democratas, fortalecendo o governo e o Estado alemão, para seu trabalho contínuo e silencioso em favor da aprovação da nova Constituição europeia, o Tratado de Lisboa, e pelo controle político de todos os novos estados que se associaram à UE.

Mais recentemente, a Alemanha assumiu a liderança das posições ortodoxas, dentro da Europa, transformando-se numa referência mundial na luta contra o intervencionismo estatal e contra qualquer tipo de ativismo do Banco Central Europeu. Decidiu absorver a sua própria crise, aceitando uma forte recessão, e transferindo para os grandes países importadores, a responsabilidade pela reativação da economia mundial. Além disso, vem utilizando o FMI, para socorrer as economias da Europa Central, dependentes da sua própria economia. Por onde se olhe, as evidências são cada vez maiores de que Alemanha da Sra. Merkel está tentando reproduzir a estratégia da Prússia, a sua ante-passada do século XIX.

Em particular, a maneira em que a Prússia conseguiu expandir o seu poder, integrando na sua órbita de influência, um por um, todos os 36 Estados e quatro cidades livres da Confederação Germânica criada pelo Congresso de Viena de 1815, começando com a criação de uma União Aduaneira - o Zollverein, em 1834 - e culminando com a formação do Estado Alemão, em 1871. Este novo projeto alemão do século XXI, entretanto, traz uma grande novidade ideológica com relação ao seu “modelo original” do século XIX.

No mesmo ano em que foi eleita a democrata-cristão Angela Merkel, o cardeal alemão conservador Joseph Ratzinger foi eleito Papa, e desde então, apesar de suas “trapalhadas” internacionais, tem tido um papel decisivo na luta ideológica dentro da EU. Defendendo a necessidade de a Europa voltar às suas raízes cristãs, para recuperar sua identidade, sua força e sua liderança mundial. Daí sua crítica ao Islã e à entrada da Turquia na UE, e sua defesa da cristianização do projeto europeu, numa sintonia ideológica e religiosa cada vez mais fina, entre Berlim e o Vaticano.

JOSÉ LUÍS FIORI, professor titular de Economia Política Internacional da UFRJ, integra o grupo de pesquisa CNPq/UFRJ Poder Global. Este texto foi publicado originalmente em junho de 2009. Site **CARTA MAIOR** (<http://www.cartamaior.com.br>), **Fevereiro de 2013**.

